CAMPO APÓS LONGA PAUSA, O MST RETOMA AS OCUPAÇÕES DE TERRAS PARA PRESSIONAR O GOVERNO LULA A DESTRAVAR A REFORMA AGRÁRIA

ITÁLIA AOS 37 ANOS, ELLY SCHLEIN ASSUME A LIDERANÇA DO PRINCIPAL PARTIDO DE OPOSIÇÃO À *PREMIER* DE EXTREMA-DIREITA, GIORGIA MELONI

CartaCapital
cartacapital.com.br
basset editora

MUAMBEIROS FARDADOS

OS MILITARES AFUNDAM NO ESCÂNDALO DAS JOIAS SAUDITAS DOADAS A MICHELLE BOLSONARO E EM OUTROS VEXAMES. SERÃO FINALMENTE ENQUADRADOS?

ANO XXVIII Nº 1250 R$ 31,90
15 DE MARÇO DE 2023

JUNTOS A GENTE FAZ O FUTURO BRILHAR

EXERCITE SUA SOLIDARIEDADE!

Sua contribuição vai ajudar famílias e crianças em situação de vulnerabilidade por meio de 25 projetos nas áreas de cultura, esporte, educação e segurança alimentar.

CONHEÇA A CAMPANHA E FAÇA SUA DOAÇÃO!

Aponte a sua câmera para o QR Code e doe via PIX:
CNPJ 34.267.237/0001-55
Federação Nacional das Associações do Pessoal CEF

Ou doe via transferência bancária: Agência: 1041, **Op.:** 003, CC: 50174-4
Federação Nacional das Associações do Pessoal CEF

CartaCapital
15 DE MARÇO DE 2023 • ANO XXVIII • Nº 1250

O vendaval Elly Schlein assusta a ultradireitista *premier* italiana, Giorgia Meloni. Pág. 40

Capa: Pilar Velloso. Fotos: iStockphoto

ALBERTO PIZZOLI/AFP E NETFLIX

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta
REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond e Mauricio Dias
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Célia Xakriabá, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Rui Marin Daher, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde e Wendal Lima do Carmo
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ONLINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Alisson Matos e Brenno Tardelli
EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Camila Silva, Getulio Xavier, Marina Verenicz e Victor Ohana
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
ESTAGIÁRIOS: André Costa Lucena, Beatriz Loss e Sebastião Moura
REDES SOCIAIS: Caio César
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora

EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
DIRETOR EXECUTIVO: Marcelo Romão
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
NOVOS PROJETOS: Demetrios Santos
ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismaila Alves
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555
CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Este produto é impresso na PLURAL – uma empresa

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS

BOMBA ACIONADA

Os cientistas da Nasa deveriam estudar essa gente que foi pras ruas contra 20 centavos de aumento nos ônibus e, agora, apoia os juros altos do BC.
Edvaldo Simão

A CORTE EXIBICIONISTA

"Está num mato sem cachorro." Era assim que o povo simples do Vale do Jequitinhonha, no interior de Minas Gerais, costumava dizer quando alguém aparentava estar perdido. E é assim que ficaremos, completamente sem rumo, se não houver severa punição aos golpistas. Podem ter certeza: se ficarem impunes, eles voltarão com tudo. Temos quatro anos para evitar uma anistia. É deprimente ver Carla Zambelli circulando livremente pela Câmara.
Reginaldo Araújo

DE VOLTA À MORDAÇA

Cumprir o disposto na lei catarinense – inspirada no Escola Sem Partido – é que seria difundir uma ideologia, a conservadora.
Sérgio Roberto Kapron

REFORÇO À VISTA

Muitos médicos aparentam estar satisfeitos ao ver os mais humildes, nos seus longínquos rincões, sem assistência. Não estão dispostos a atendê-los nem querem deixar que outros cumpram essa tarefa. Vai entender esses profissionais. Nem parece que um dia fizeram o juramento de Hipócrates.
Kennedy Costa

A oposição é da banda negacionista. Esses médicos não querem trabalhar em lugares inóspitos e tampouco deixam o governo trazer profissionais de fora do País para fazer esse trabalho. Não podemos generalizar, claro. Há muitos médicos humanistas e sensíveis. Que o governo os continue encontrando.
Ester Carige

DE VOLTA À CENA

São realmente relações bilaterais? Vejo uma relação de submissão do Brasil aos interesses dos EUA. Antes com Bolsonaro, agora com Lula.
Jason Soares

Os EUA querem colocar o Brasil na coleira, como sempre fizeram com seus "aliados". É a eterna doutrina de Theodore Roosevelt Jr.: *Speak softly and carry a big stick* ("Fale com suavidade e tenha à mão um grande porrete").
Gabriel Lessas

NÃO HÁ COMO REMENDAR

A reforma do Ensino Médio precisa ser revogada. Além de ser excludente, ela reduz ou extingue conteúdos importantes do currículo, como História, Geografia, Filosofia e Sociologia. São disciplinas essenciais para a formação crítica dos estudantes. Isso trará graves consequências no futuro.
Helena Cavalcanti

Diminuir a carga horária das disciplinas cobradas no Enem para dar espaço a aulas de maquiagem, dança ou artesanato é condenar o futuro dos alunos da escola pública. Eles não terão chance de entrar numa boa universidade.
Karlos Parente

A quem beneficia essa reforma? Aos nossos alunos que não é. Ela só aumenta a distância entre os estudantes das escolas públicas e privadas. Além disso, muitas editoras ganharam rios de dinheiro no governo passado com os livros sobre "projeto de vida" e "projetos integradores", que tomaram o espaço de conteúdos muito mais relevantes para a formação dos jovens.
Luciana de Almeida

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

Mino Carta

Os geniais Carusos

A história como se deu

PAULO CARUSO

A mídia nativa é imbatível na sua determinação em contar da pior maneira os mais variados eventos. No caso, refiro-me a quanto saiu por ocasião do falecimento de Paulo Caruso, grande cartunista. Quem registrou o desaparecimento de Paulo esqueceu de anotar o seu papel decisivo na criação da revista *IstoÉ*, surgida à sombra da Editora Três, comandada por Domingo Alzugaray, meu irmão Luis e, a partir de então, pelo acima assinado.

Tanto Paulo quanto seu irmão Chico, que mais tarde se tornaria cartunista na primeira página de *O Globo*, foram decisivos no nascimento da nova revista. Muito dotados do ponto de vista profissional, não eram excelentes apenas no traço, mas também nas mais variadas manifestações artísticas e pisavam qualquer palco como se ali tivessem nascido. Chico voou para as dependências da poderosa Globo da família Marinho, então na Lagoa Rodrigo de Freitas, enquanto Paulo continuava em São Paulo, e na *IstoÉ* cobria com seu traço revelador as reuniões de pauta da revista, como esta que sai acima de uma das primeiras edições.

Aí aparecem todos os integrantes da primeira turma, entre eles, no alto, Hélio Campos Mello, a exprimir sua eterna, luminosa boa-fé, e logo abaixo Wagner Carelli, entregue, como de hábito, aos seus malignos complexos, que ao longo do tempo tive a desventura de descobrir. •

O presidente pagou a fatura, agora cobra algum resultado

Governo/ A *realpolitik* de sempre

Lula mantém Juscelino Filho por apoio do União Brasil no Congresso

A despeito da sucessão de constrangimentos impostos à sua administração, Lula decidiu manter o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, indicado pelo União Brasil. Depois de admitir que usou recursos do "orçamento secreto", quando era deputado federal, para pavimentar estradas que dão acesso a fazendas de familiares e de incluir nomes de laranjas na prestação de contas à Justiça Eleitoral, Juscelino vinha sofrendo enorme desgaste após a revelação de que usou um avião da FAB e recebeu diárias pagas pelo governo federal para participar de leilões de cavalos.

A decisão foi tomada após reunião de Lula com seu ministro na segunda-feira 6. Alertado por líderes do União Brasil de que a exoneração de Juscelino poderia aumentar a rejeição ao governo, o presidente decidiu dar um voto de confiança ao colaborador. Deve, porém, exigir que a legenda tenha um posicionamento mais claro a respeito do apoio no Congresso.

Embora tenha indicado três ministros, o União Brasil ainda não se assume como base governista no Congresso, além de abrigar figuras como o ex-juiz Sergio Moro, responsável pela prisão de Lula e colaborador de Bolsonaro. Lideranças do partido teriam alertado, porém, que a demissão de Juscelino poderia empurrar o União Brasil de vez para a oposição.

Agora, aliados de Lula esperam que o Planalto aumente a cobrança sobre o partido para aprovar as propostas de interesse do governo. "Não tenho dúvidas de que o União Brasil vai entregar os votos e o apoio da maioria de suas bancadas para o presidente, tanto na Câmara como no Senado Federal", disse Juscelino, em recente entrevista à CNN Brasil. A legenda possui 59 deputados e dez senadores.

RICARDO STUCKERT E REDES SOCIAIS

A mamata não acabou

Jair Renan Bolsonaro, o filho Zero Quatro do ex-presidente, vai ocupar um cargo no gabinete do senador Jorge Seif, do PL-SC, que foi secretário da Pesca no governo do papai. Conforme publicado no *Diário Oficial do Senado* da quarta-feira 8, o influenciador digital vai atuar como "auxiliar parlamentar pleno AP-07". Salário? Módicos 9,5 mil reais, mais de sete salários mínimos.

A Semana

Mais um elefante branco da Copa

Previsto para estar em funcionamento na Copa do Mundo de 2014, o VLT que ligaria Cuiabá à vizinha Várzea Grande começou a ser desmontado pelo governo de Mato Grosso. A obra consumiu mais de 1 bilhão de reais em verbas federais, mas jamais foi concluída. Para retomar o projeto original, o governador Mauro Mendes, do União Brasil, estima que seriam necessários mais 760 milhões de reais. Por isso, decidiu transformar o modal em um BRT, com ônibus articulados em vez das composições ferroviárias, ao custo de 480 milhões. Seis quilômetros de trilhos instalados já foram arrancados.

São Paulo/ Nova companhia

Descolado dos bolsonaristas, Tarcísio de Freitas faz amizade com Zé Gotinha

Mascote do Programa Nacional de Imunização, Zé Gotinha desviou de um aperto de mão oferecido por Jair Bolsonaro no fim de 2020 e levou as redes sociais à loucura. Pudera, o involuntário gesto do servidor fantasiado, que alegou não enxergar direito com a máscara, simbolizou a repulsa de ampla parcela da sociedade a um governante negacionista, que atrasou as compras de vacinas contra a Covid-19, lançou dúvidas infundadas sobre a sua eficácia e ainda incentivou a população à automedicação, com drogas sabidamente ineficazes contra o Coronavírus.

Agora, quem diria, Zé Gotinha é visto aos abraços com o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, um dos ministros do ex-capitão. Não é o mascote que mudou de lado, convém esclarecer. Ele continua incentivando as crianças a se imunizarem. Quem parece um tanto diferente é Freitas, cada vez mais distante do bolsonarismo que o ajudou a se eleger. Ao inaugurar o Museu da Vacina no Butantan, o governador manifestou o desejo de ver toda a população

imunizada: "Sempre acreditei na vacina".

Freitas anunciou, ainda, um repasse de 46,6 milhões de reais para auxiliar os 645 municípios a imunizarem suas populações, o equivalente a 1 real por habitante. Nem parece o mesmo homem que sancionou uma lei proibindo a exigência de comprovantes de vacinação para ter acesso a locais públicos e privados do estado, uma iniciativa de deputados estaduais bolsonaristas.

O veto do capitão caiu, mas não houve regulamentação do projeto

Saúde/ APÓS ANOS DE INAÇÃO DE BOLSONARO...

O MPF COBRA DO GOVERNO A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE ABSORVENTES

Julio Araujo Junior, procurador da República no Rio de Janeiro, cobrou do governo federal a regulamentação e implementação do programa de distribuição gratuita de absorventes para estudantes dos ensinos Fundamental e Médio, presidiárias e pessoas em situação de vulnerabilidade. A manifestação ocorreu no âmbito de ação ajuizada pela ONG Criola.

Em 2021, o então presidente Jair Bolsonaro vetou a proposta de distribuição gratuita de absorventes, que constava em Projeto de Lei assinado por 35 parlamentares, entre eles Marília Arraes, do Solidariedade, e Tabata Amaral, do PSB. Em março de 2022, o Congresso derrubou o veto.

A despeito disso, observa o procurador, não foram tomadas medidas para implementação do programa por parte da administração federal. Por isso, o Ministério Público Federal cobra do governo a apresentação de um plano, no prazo de 15 dias, para viabilizar os repasses do SUS e "assegurar a cessação de violações aos direitos fundamentais do grupo de pessoas em situação de vulnerabilidade que menstruam".

França/ **Resistência cerrada**

Greve leva 1,2 milhão de franceses às ruas contra a reforma da Previdência

Mais de 1,2 milhão de manifestantes tomaram as ruas de Paris e dos principais centros urbanos da França para protestar, na terça-feira 7, contra a reforma da Previdência anunciada pelo presidente Emmanuel Macron e pela *premier* Elisabeth Borne em janeiro. Os atos se somam à paralisação de diversos setores. As escolas amanheceram de portas fechadas. Os serviços ferroviários e de fornecimento de combustíveis foram suspensos.

"Não fomos ouvidos nem escutados. Estamos usando o único meio que nos resta, a greve dura", afirma Marin Guillotin, representante do sindicato Force Ouvrière, na refinaria de Donges, no oeste da França. Os trabalhadores ameaçam radicalizar as paralisações à medida que o prazo definido por Macron se aproxima – o presidente francês estima que a reforma será aprovada no Parlamento até o fim de março.

Macron pretende aumentar tanto a idade mínima de aposentadoria, de 62 para 64 anos quanto o tempo de contribuição, de 42 para 43 anos, como requisito para a obtenção de um benefício integral. Segundo o ministro do Trabalho, Olivier Dussopt, a mudança vai aliviar os cofres públicos em 18 bilhões de euros até 2030. "Muitos não querem trabalhar mais, mas é necessário garantir a viabilidade do sistema", justifica Borne.

Os trabalhadores franceses não estão dispostos a ceder

Eutanásia para homicida

Condenada à prisão perpétua pelo assassinato de cinco filhos, com idades entre 3 e 14 anos, a belga Genevieve Lhermitte foi submetida por vontade própria à eutanásia. Transferida a um hospital psiquiátrico em 2019, ela alegou um sofrimento psicológico "insuportável" pela culpa. Após receber a autorização para o procedimento, a mulher escolheu morrer em 28 de fevereiro, no aniversário de 16 anos do bárbaro crime. "Conseguiu terminar o que começou, porque ela basicamente queria acabar com sua vida quando os matou", observou a psicóloga Emilie Maroit ao canal RTL-TVI. De fato, Lhermitte cortou os pulsos após enforcar os filhos, em 2007, mas sobreviveu à tentativa de suicídio e telefonou para os serviços de emergência.

Diplomacia/ **TARDIA INTERVENÇÃO**

NA ONU, O BRASIL DISPÕE-SE A ACOLHER EXPATRIADOS DA NICARÁGUA

Um mês após Daniel Ortega retirar a cidadania nicaraguense de mais de 300 opositores políticos, o Brasil disse estar disponível para receber os expatriados. A oferta foi anunciada na terça-feira 7, durante uma sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Em sua breve fala, o embaixador brasileiro, Tovar da Silva Nunes, disse que Brasília vê com "extrema preocupação" a decisão de expatriar os dissidentes e os relatos de violações aos direitos humanos no país da América Central. Apesar de citar um relatório que denuncia torturas e execuções extrajudiciais na Nicarágua, o diplomata enfatizou que o Brasil busca o diálogo com o regime de Ortega.

Bem antes da iniciativa brasileira, Chile, EUA, Espanha e Argentina manifestaram a intenção de abrigar ou conceder cidadania aos expatriados. Além disso, o Brasil vinha sendo criticado por não se manifestar de maneira enfática sobre as arbitrariedades de Ortega, que, após combater a ditadura de Anastasio Somoza nos anos 1970, chegou ao poder e repetiu as mesmas práticas autoritárias. O Brasil não se somou, por exemplo, a uma declaração de mais de 50 nações condenando o regime da Nicarágua. Após a recusa, o Itamaraty justificou que o texto não deixava margem para negociação.

Ortega derrubou uma ditadura, mas no poder instalou outra

MINISTÉRIO DO EXTERIOR DA VENEZUELA, CAMILA SOUZA/GOVBA, ROGÉRIO CASSIMIRO/GOVSP E SEBASTIEN SALOM-GOMIS/AFP

A TIGRADA E OS DOMADORES

OS MILITARES AFUNDAM NO CASO DAS JOIAS SAUDITAS E EM OUTROS VEXAMES E AGORA ENCARAM UMA OFENSIVA CIVIL EM BRASÍLIA PARA ADESTRÁ-LOS

por ANDRÉ BARROCAL

Em 18 de janeiro, dez dias após a tentativa de golpe bolsonarista em Brasília, o general Tomás Miguel Ribeiro Paiva discursou a subordinados no Comando Militar do Sudeste, em São Paulo, e comentou que a eleição de Lula havia sido "indesejada" pela "maioria" dos militares. Três dias depois, o presidente demitiu o então comandante-geral do Exército, Júlio Cesar de Arruda, e botou Paiva no lugar, pois o general também tinha dito no discurso que as Forças Armadas são apartidárias e têm uma missão, não importa quem esteja no poder. Arruda havia sido, no mínimo, omisso no levante do dia 8, executado por indivíduos que passaram semanas acampados na porta do QG do Exército na capital brasileira. E depois conseguiu adiar a prisão deles por algumas horas, por exemplo.

Um dos que acharam "indesejada" a vitória de Lula foi o chefe da Marinha de Bolsonaro, o almirante Almir Garnier Santos. Este se recusou a passar o car-

Bolsonaro tentou incorporar ao seu acervo pessoal o "presente" de 16,5 milhões da monarquia saudita

REDES SOCIAIS E ISAC NÓBREGA/PR

“Isso tudo vai entrar para a primeira-dama”, disse o almirante Albuquerque aos fiscais da Receita

go ao almirante Marcos Sampaio Olsen em 5 de janeiro, um fato bastante incomum. Permaneceu no posto até 31 de dezembro, quando findou o mandato do capitão, e escafedeu-se. A data de sua dispensa constava de um decreto assinado por Bolsonaro em 29 de dezembro.

No dia da assinatura do papel, o sargento da Marinha Jairo Moreira da Silva viajou de Brasília a São Paulo para uma missão: tentar pegar joias avaliadas em 16,5 milhões de reais que estavam na alfândega do aeroporto de Guarulhos. O sargento trabalhava na Presidência desde março de 2022. A viagem a São Paulo foi uma ordem do tenente-coronel do Exército Mauro Cesar Barbosa Cid, “faz-tudo” no gabinete de Bolsonaro no Palácio do Planalto. Como prêmio pela dedicação ao capitão por quatro anos, Cid, filho de um general amigo de Bolsonaro colocado pelo então presidente em um cargo em Miami em 2019, havia sido designado, perto do fim do governo, para chefiar uma unidade verde-oliva a 200 quilômetros do Palácio do Planalto. Desconfiado de todos os milicos após o 8 de janeiro, Lula queria anular a nomeação. Arruda não aceitou, e esse foi outro motivo de sua degola.

As joias que o sargento Jairo deveria buscar tinham vindo da Arábia Saudita 14 meses antes, em 26 de outubro de 2021, na comitiva do almirante Bento Albuquerque, o ministro de Minas e Energia da época. Albuquerque voltava de um evento no Oriente Médio. As peças estavam na mochila de um tenente da Marinha, Marcos André dos Santos Soeiro, chefe do escritório do Ministério no Rio de Janeiro na ocasião. A bagagem de Soeiro tinha sido vasculhada pela Receita Federal no aeroporto. O tenente não havia declarado as joias ao Fisco antes: nem que eram dele, nem de terceiros, nem do governo. Numa situação dessas, o “Leão” cobra 50% do valor do bem, a título de imposto, e tasca multa de 50%. Como a fatura

Soeiro, tenente da Marinha, tentou entrar com as joias na mochila sem declarar ao Fisco. O tenente-coronel do Exército Mauro Cid, faz-tudo de Bolsonaro, buscou reaver as peças

era gordíssima, ninguém da comitiva de Albuquerque pagou, e o Fisco apreendeu o material. O prazo para pagar acabou em julho de 2022, e ninguém pagou.

Ao saber da revista no subordinado na alfândega, Albuquerque foi aos fiscais, tentar desembaraçar as joias. "Isso tudo vai entrar para a primeira-dama", disse ele, conforme registro de uma câmera de segurança. Seria um presente saudita para o casal Michelle e Jair. O pacote, prosseguiu o almirante, estava fechado desde as Arábias, daí que ele supostamente desconhecia o conteúdo. Ao falar do episódio ao *Estado de S. Paulo*, jornal que revelou o rolo das joias em 3 de março, o almirante relatou a existência de outro presente saudita. Este segundo pacote também era de joias e não havia sido descoberto pela Receita. Ficou 13 meses em um cofre no Ministério de Minas e Energia (Albuquerque deixara o governo em maio). Em novembro de 2022, foi enviado à Presidência e catalogado como pertencente ao acervo pessoal de Bolsonaro, o que significa que o capitão levaria consigo após o mandato. Quando o sargento Jairo esteve no aeroporto de Cumbica para tentar pegar as joias do pacote de 16,5 milhões, disse a um fiscal: "Não pode ter nada do antigo (presidente) pro próximo (Lula), tem que tirar tudo e levar". A conversa foi gravada por outra câmera da alfândega.

É comum um presidente ganhar presentes de outro país enquanto exerce o poder, mas guarda para si aquilo que for de pouco valor e tiver caráter bem pessoal, como roupa e perfume. Obras de arte, por exemplo, devem ir para o acervo público da Presidência. No tempo de Bolsonaro, o responsável por decidir sobre o que seria acervo privado ou público era um oficial da Marinha, o capitão de corveta Marcelo da Silva Vieira, o número 2 do Departamento de Documentação Histórica da Presidência. Bolsonaro guardou consigo o conteúdo do segundo pacote (relógio de ouro, abotoadura, caneta, anel), conforme admitiu publicamente na quarta-feira 8. Mas ele tinha direito a isso? E o primeiro pacote, o de 16,5 milhões, por que Soeiro não o declarou ao Fisco em outubro de 2021? Era presente mesmo para Michelle? Ou seria propina disfarçada, e para quem?

A Polícia Federal tentará desfazer esses mistérios. Há ao menos dois ilícitos potenciais no caso. Descaminho, que é iludir a Receita para não pagar imposto (pena de 1 a 4 anos de prisão), e peculato, a apropriação por agente público de um valor ou um bem público pelo qual deveria zelar (de 2 a 12 anos). Os primeiros chamados a depor à PF foram Albuquerque e Soeiro. "Um almirante de esquadra envolvido diretamente nesse tipo de situação é algo de que não se tem notícia no Brasil", diz João Roberto Martins Filho, ex-presidente da Associação Brasileira de Defesa e autor do livro *Os Militares e a Crise Brasileira*, de 2021. "Este caso é lastimável. Não interessa ao Brasil a desmoralização dos militares. Eles estão em um processo de perda de prestígio muito acentuado", afirma o historiador Manuel Domingos Neto, estudioso das Forças Armadas.

A "acentuada" perda de prestígio ajuda a entender uma ofensiva de civis pa-

ra domar a tigrada dos quartéis. Uma investida a unir governo, membros do Congresso e do Judiciário e que, em uma das frentes, coloca em cena o famigerado artigo 142 da Constituição, aquele do "golpe militar dentro da lei".

Lula tirou a Agência Brasileira de Inteligência das mãos dos militares e passou-a à Casa Civil. Desde a sua criação, em 1999, a Abin tinha estado só dois anos fora do Gabinete de Segurança Institucional, o GSI, órgão comandado por generais. O escolhido do petista para dirigi-la é o delegado Luís Fernando Corrêa, que esteve à frente da PF no segundo governo do petista. A indicação foi enviada no início do mês ao Senado, a quem cabe aprovar (ou não). O presidente encomendou a Corrêa uma reformulação da Abin. Não quer vê-la basear seus informes em notícias de jornal (já era assim em seus outros mandatos), nem ser pego de surpresa por fatos como o levante de 8 de janeiro, embora servidores da agência digam que alertaram o GSI sobre o que estava a caminho.

A PF INVESTIGA DOIS ILÍCITOS POTENCIAIS NO EPISÓDIO: OS CRIMES DE DESCAMINHO E PECULATO

Marco Cepik, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, especialista em relações e segurança internacional, deve ser o novo diretor da escola da Abin. Na segunda-feira 6, ele esteve em um debate *online* e deu uma ideia do que vai pela cabeça de Lula. A Abin, comentou ele, precisa produzir conhecimento sobre temas prioritários para o desenvolvimento brasileiro, como mudança climática, segurança alimentar, perfil de exportações. A segurança cibernética do País é outra área vital. Recorde-se que Dilma Rousseff foi espionada pelos americanos quando presidente. A cultura do "inimigo interno", causa da obsessão pelo MST, tem de ser abandonada. A atual Estratégia Nacional de Inteligência, de 2017, envelheceu. Trata como principal risco à segurança nacional o terrorismo islâmico, mas há coisa pior, segundo Cepik: o "extremismo violento, ideologicamente motivado com essas ideologias esquisitas do século XXI", quase sempre "de extrema-direita".

No Congresso, os deputados do PT querem mudar o artigo 142 da Constituição, definidor do papel das Forças Armadas. O jeito como o artigo foi escrito resultou de pressões do ministro do Exército da época da Constituinte, o general Leônidas Pires Gonçalves. Dá corda à interpretação de que os quartéis seriam um poder igual aos demais (governo, Congresso e Judiciário) e teriam o direito de se meter em caso de briga entre os três, a pedido de um destes. Um "poder moderador", em suma. Nessa interpretação, estaria abençoado o golpe militar legal. Era esse "golpe" que os extremistas defendiam no governo Bolsonaro, e o capitão deixava pairar no ar que poderia ocorrer.

Em fevereiro, o PSOL foi ao Supremo Tribunal Federal contra a interpretação do golpe legal. Em junho de 2020, o juiz Luiz Fux, da mesma Corte, tinha dado uma liminar a refutá-la. Os petistas acham necessário ir além e cortar o mal pela raiz. A proposta de mexer no artigo 142, de autoria do deputado paulista Carlos Zarattini, acaba com a possibilidade de os militares serem chamados para garantir a lei e a ordem. O Brasil, diz Zarattini, tem tradição de "interferência indevida dos militares na vida política nacional", e não dá mais para ser assim. Não será, porém, um debate fácil ou rápido, reconhece ele, dada a presumível resistência da extrema-direita e de alguns conservadores ditos moderados.

A proposta também busca forçar os militares a entrar imediatamente para a reserva, se quiserem assumir cargo público. Hoje, eles podem permanecer dois anos na ativa. Quem está na reserva não tem tropa, eis a diferença. O ministro da Defesa, José Múcio, negociou com as Forças Armadas uma ideia parecida e deve enviá-la em breve ao Planalto. Seria exigido de um militar que dê baixa do quartel, ao disputar eleição. Uma penca de fardados concorreu em 2022 e quem perdeu voltou para a caserna lambuzado de partidarização. A propósito, Múcio negociou ainda para que não haja, em 31 de março, uma mensagem do Exército a festejar o golpe de 1964, comum na era Bolsonaro.

Em 2021, a deputada Perpétua

As joias eram mesmo um presente? Ou seriam propina disfarçada?

RECEITA FEDERAL/SP, MARINHA DO BRASIL E ALAN SANTOS/PR

Almeida, do PCdoB do Acre, havia proposto mudar a Constituição para exigir que um militar passasse à reserva, antes da posse em cargo público civil. O objetivo era combater a politização da turma. Dois meses antes, o País vira um caso explícito de politização, e que deu em nada. O então general da ativa Eduardo Pazuello, que tinha estado em um palanque com Bolsonaro, respondera a um processo disciplinar por isso e saíra incólume. As alegações dele em sua defesa e a absolvição do então chefe do Exército, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, foram um escárnio. Talvez por vergonha, o governo passado tascou um sigilo de cem anos no caso, revogado em fevereiro pela Controladoria-Geral da União.

Em 23 de maio de 2021, um domingo, Pazuello subiu em um caminhão-palanque ao lado do então presidente no fim de uma motociata no Rio e discursou brevemente. "Fala galera... Não ia perder esse passeio de moto de jeito nenhum. Tamo junto, hein? Parabéns a vocês, parabéns para a galera que taí prestigiando o PR. O PR é gente de bem, o PR é gente de bem. Abraço galera". PR é como certos círculos burocráticos chamam o presidente. O regulamento disciplinar do Exército diz, no item 57, que é uma transgressão "manifestar-se, publicamente, o militar da ativa, sem que esteja autorizado, a respeito de assuntos de natureza político-partidária". Já o item 107 diz ser transgressão "tomar parte em qualquer manifestação coletiva, seja de caráter reivindicatório ou político, seja de crítica ou de apoio a ato de superior hierárquico".

Pazuello não era mais ministro da Saúde, deixara o cargo dois meses antes. Não era mais auxiliar de Bolsonaro, era "apenas" um general da ativa. Entrou para a reserva em março de 2022, concorreu a deputado federal pelo PL do Rio em outubro e elegeu-se o segundo mais votado do estado, com 205 mil votos. Ao defender-se no processo da "motociata", disse que tinha sido convidado a ir por Bolsonaro, por "laços de amizade e camaradagem", e até avisado na véspera o próprio chefe do Exército. Afirmou ter ficado longe da comitiva presidencial no trajeto de moto da Barra da Tijuca ao Aterro do Flamengo, mas que, no final, mesmo de máscara anti-Covid, foi reconhecido por muita gente e, devido ao assédio, resolveu refugiar-se na comitiva. Bolsonaro soube da sua presença por perto, pediu que ele subisse no caminhão-palanque e deu-lhe o microfone. Tudo de improviso e nada que configurasse ato político-partidário, pois, afinal, Bolsonaro nem sequer era filiado a um partido naquele dia. Paulo Sérgio engoliu as explicações, e caso encerrado.

PARA AFASTAR QUALQUER INTERPRETAÇÃO GOLPISTA, O PT QUER MUDAR A REDAÇÃO DO ARTIGO 142 DA CONSTITUIÇÃO

Uma verdadeira "acochambração", na visão do coronel da reserva Marcelo Pimentel de Souza, ele próprio alvo de diversos processos disciplinares em razão de críticas à politização das Forças Armadas. Para o coronel, o general Paiva, atual chefe do Exército, deveria reabrir o caso. Detalhe: naquele discurso de janeiro sobre os quartéis terem uma missão a cumprir, não importa quem esteja

Pazuello participou de ato político como general da ativa. Moraes enviou para a Justiça Comum os casos de militares envolvidos no 8 de janeiro

ARQUIVO/STF, ALAN SANTOS/PR E SERGIO LIMA/AFP

no poder, Paiva havia dito, sobre o caso Pazuello, que "não pode aceitar o pecado, o erro" e que "o erro aconteceu".

Os pecados de fardados pela tentativa de golpe em 8 de janeiro serão julgados pela Justiça Comum, e não na Militar. Foi o que decidiu o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo. Na investigação sobre executores, financiadores e mentores do 8 de janeiro, a PF interrogou PMs de Brasília. "Os policiais militares ouvidos indicaram possível participação/omissão dos militares do Exército Brasileiro, responsáveis pelo Gabinete de Segurança Institucional e pelo Batalhão da Guarda Presidencial", disse a PF a Moraes. O magistrado autorizou os federais a vasculharem milicos e resolveu que o processo correria no próprio STF. Uma coisa é crime militar, outra, crime de militar, anotou ele. O futuro presidente do Superior Tribunal Militar, brigadeiro Francisco Joseli Parente Camelo, que assume em 16 de março, apoiou a decisão. Ele foi o chefe dos pilotos dos aviões presidenciais nos governos anteriores de Lula.

O Supremo está prestes a tomar outra decisão capaz de esvaziar a Justiça Militar. Na quarta-feira 8, retomou um caso sobre a instância apropriada para julgar militares cometedores de crimes contra civis em operações de Garantia da Lei e da Ordem. Essas GLOs serão abolidas, caso prospere no Congresso a mudança do artigo 142 da Constituição. "A Justiça Militar brasileira é um refúgio para eles, não existe igual em nenhuma outra democracia. Nos Estados Unidos, só julga crimes de guerra", diz João Roberto Martins Filho, defensor de extingui-la. Ele lembra que o Exército brasileiro testou no Haiti técnicas de matança contra a população para depois empregar em GLOs em morros do Rio. O Brasil comandou uma força de paz da ONU no Haiti, que durou de 2004 a 2017. O primeiro chefe da tropa foi o general Augusto Heleno, ministro do GSI de Bolsonaro. "Hoje, nós temos uma doutrina de Garantia da Lei e da Ordem, graças a tudo que vivemos no Haiti", afirmou Heleno em depoimento aos acadêmicos Cesar Castro e Adriana Marques.

Para Manuel Domingos Neto, as Forças Armadas merecem uma reforma ampla. A supremacia das forças terrestres, ou seja, do Exército, sobre mar (Marinha) e ar (FAB) não se justifica em um país do tamanho do Brasil (com costa e espaço aéreo enormes) e no atual estágio tecnológico. Essa supremacia se constata, por exemplo, no orçamento de cada força. O Exército tem este ano 52 bilhões, enquanto Marinha e Aeronáutica, juntas, têm 57 bilhões. Segundo o historiador, as forças não deveriam mais ter um chefe próprio, mas um comando conjunto e rotativo entre cada uma delas, como nos EUA.

Mas aí talvez seja pedir um pouco demais dos civis, que, por ora, parecem dispostos a domar a fera fardada.

Adendo da redação: *Diante do escândalo das joias sauditas, Bolsonaro deve esticar as férias na Flórida e adiar o triunfal retorno ao Brasil, prometido para este mês. O presentinho saudita de 16,5 milhões de reais também pode ser investigado por uma CPI na Câmara, já solicitada pelo deputado petista Rogério Correia. Com a profusão de crimes cometidos durante e após o seu mandato presidencial, é espantoso, contudo, que o capitão ainda possa circular livremente pelo mundo, sem qualquer mandado de prisão contra ele. No país que mantém intactas a casa-grande e a senzala, a postura vacilante do Judiciário brasileiro é, de certa maneira, previsível, mas não deixa de ser assombrosa.* •

De volta às lonas

CONFLITO FUNDIÁRIO O MST retoma as ocupações de terra para pressionar o governo Lula a destravar a reforma agrária

POR MAURÍCIO THUSWOHL

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 26

8 de Março. A celebração do Dia da Mulher teve gosto amargo no país recordista de feminicídios

Memória. A raivosa reação dos proprietários rurais baianos desperta a triste lembrança do massacre de Eldorado dos Carajás, que resultou na morte de 21 agricultores em 1996

JOÃO ROBERTO RIPPER E PAULINHO E DANIEL VIOLA/MST-BA

"Toca fogo nesses vagabundos!" A frase, repetida aos gritos, pode ser ouvida em um vídeo gravado na sexta-feira 3 durante a ação de um grupo de proprietários de terra para expulsar integrantes do MST, que dois dias antes haviam ocupado parte da Fazenda Limoeiro, um belo naco de 1,7 mil hectares de terra improdutiva localizado no município baiano de Jacobina. Felizmente, o ânimo incendiário dos fazendeiros vitimou somente colchões e roupas arrancados do acampamento dos sem-terra, mas a violência da desocupação, com direito a chutes, socos, pedradas e pauladas, fez o Brasil relembrar momentos terríveis, como o massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em abril de 1996, quando 21 trabalhadores foram mortos pela Polícia Militar durante uma ação de reintegração de posse no Pará. Desta vez, a polícia também não economizou nas balas (de borracha), em uma cena que não deixa dúvidas: a luta pela reforma agrária voltou!

Em pleno ano da graça de 2023, a questão do direito à terra deveria estar superada pelo Brasil, mas a guerra sem fim travada pelos agricultores e movimentos sociais para dar destinação social e produtiva a latifúndios ociosos ou subaproveitados tem profundas raízes fincadas em um país arcaico que insiste em não ir embora. Nos quatro anos de governo Bolsonaro, que proporcionou um derrame de armas no meio rural, essa guerra arrefeceu, seja por estratégia ou pela prudência do MST e de outros movimentos de trabalhadores sem-terra. Com a volta de Lula à Presidência e a recriação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a perspectiva é de retomada da agenda de lutas no campo, mas tanto o governo quanto o MST sabem que todo cuidado é pouco. O Hino Nacional, as vestes de "patriotas" e os gritos contra o PT observados no conflito em Jacobina revelam muito de um país ainda ferido pela ascensão da extrema-direita.

Bolsonaro permitiu um derrame de armas no campo para intimidar os militantes sem-terra

No que depender do atual governo, a desapropriação de terras e a legalização dos assentamentos voltarão a ocorrer à luz do dia. "Faz sete anos que o governo federal não desapropria 1 centímetro de terra. Por essa razão, há uma agenda represada na sociedade. Havia muitas propriedades prontas para ser desapropriadas, mas

Demanda garantida. O Programa de Aquisição de Alimentos voltará a beneficiar agricultores familiares e assentados, diz o ministro Paulo Teixeira

o governo anterior paralisou todos os processos", diz o ministro Paulo Teixeira, à frente do MDA. Quanto ao relacionamento com os movimentos, o objetivo é buscar o entendimento e evitar atritos: "Há muitos trabalhadores rurais acampados em beira de estrada, que estão há muitos anos vivendo em situação de grande necessidade. Por isso, vamos retomar a desapropriação de terras que não cumpram a sua função social e vamos dialogar com os movimentos. Precisamos superar esse represamento havido em sete anos e tentar acelerar a arrecadação de terras no Brasil", promete o ministro.

O MST deu o primeiro passo no início de março. Ocupou, além da Fazenda Limoeiro, outras três fazendas com tamanhos entre 1,7 mil e 2 mil hectares nos municípios de Caravelas, Teixeira de Freitas e Mucuri, no sul da Bahia. As terras pertencem à produtora de celulose Suzano, uma gigante do setor, e são utilizadas para a monocultura de eucalipto, um desastre ecológico na visão dos ambientalistas. "Trata-se de terras que poderiam ser dedicadas à agricultura ecológica e familiar. Com a paralisação das desapropriações, as pessoas estão na expectativa. Muitos conflitos vão pipocar no governo Lula. Infelizmente, vai estourar no MDA, na Presidência da República, na Secretaria de Governo", prevê Evanildo Costa, da direção nacional do MST.

O movimento alega ter feito um acordo há cerca de dez anos com a Suzano para a ocupação das áreas, mas a empresa o teria descumprido. No papel pretendido de mediador, o MDA reuniu, na quarta-feira 8, em Brasília, dirigentes da Suzano e do MST, além de representantes do go-

verno da Bahia. “Pedimos ao MST que se retirasse da área. A reunião serviu para retomar o diálogo interrompido há anos na Bahia”, diz Teixeira. Quando anunciou a reunião, o ministro prometeu trabalhar pelo entendimento: “Vamos resolver esse primeiro fato e construir um diálogo, para que tenha um programa de reforma agrária no Brasil e ele aconteça de maneira tranquila, sem que haja conflito”.

A Suzano Celulose tornou-se alvo do MST por causa dos impactos ambientais da monocultura de eucalipto na Bahia

Mesmo atuando dentro da legalidade, a Suzano tornou-se alvo dos sem-terra devido às consequências socioambientais da monocultura de eucalipto. O “deserto verde”, como foi batizado pelos ambientalistas, trouxe elevada perda de biodiversidade e esgotamento dos recursos hídricos em uma área outrora rica da Mata Atlântica, além de provocar a expulsão dos pequenos agricultores que, muitas vezes, não têm alternativa a não ser engrossar o contingente de trabalhadores subempregados e sem moradia nas cidades maiores. “Deserto verde designa uma área verde, mas que não tem biodiversidade. Não há outras plantas, os animais não estão mais presentes. Este é um conceito que se adotou para definir as áreas de monocultura de eucalipto, uma área sem vida, em contraposição à Mata Atlântica, que tem uma biodiversidade tão exuberante”, compara Renato Cunha, do Grupo Ambientalista da Bahia, o Gambá.

Cunha ressalta que a degradação ambiental só aumentou desde que as gigantes da celulose começaram a se instalar na região, a partir dos anos 1980. “Muitas florestas nativas foram suprimidas e substituídas pelo eucalipto. Ao longo desse período, perderam-se muitas espécies da flora e da fauna nesta área do extremo sul da Bahia, que vai desde a bacia do Rio Jequitinhonha até o limite do Espírito Santo.” A escassez de água é outro problema. “Há um esgotamento do lençol freático porque o eucalipto exige muita água. As fábricas também causam poluição das águas com o processo de cloração da celulose, que usa muitos produtos químicos”, diz. O ambientalista propõe um novo rumo: “Há que se adotar outro tipo de intervenção nesses territórios para que as monoculturas não sejam implementadas e desenvolver melhor os remanescen-

O ETERNO “EX”

Expulso do movimento há 16 anos, José Rainha continua a ser associado ao MST pela mídia

O MST voltou às manchetes? José Rainha também. Embora o dirigente da Frente Nacional de Lutas Campo e Cidade não faça parte do MST há 16 anos – foi afastado pela direção nacional do movimento em 2007 – nove entre dez veículos de comunicação do Brasil associaram os dois nomes em suas manchetes depois que Rainha voltou a ser preso, coincidência ou não, no dia seguinte ao início das ocupações de fazendas pelos trabalhadores sem-terra na Bahia.

Rainha e Luciano de Lima, também dirigente da FNL, foram presos pela Polícia Civil no sábado 4, sob a acusação de extorquir pelo menos seis proprietários rurais na região do Pontal do Paranapanema, no oeste paulista. Na operação foram apreendidos dois fuzis e duas espingardas que, segundo a polícia, pertenceriam a Rainha.

O líder sem-terra alcançou fama nacional em 1985, durante a histórica ocupação da Fazenda Georgina, localizada no município capixaba de São Mateus, que culminou com a vitória do MST e o assentamento das famílias. Com o passar dos anos, a aura de líder foi substituída pela de “homem-problema” para o MST.

Condenado injustamente – e mais tarde absolvido – pelo assassinato de duas pessoas em um conflito de terra em 1989, caso com repercussão internacional, Rainha jamais saiu do radar da Justiça. Em 2006, foi condenado por porte ilegal de arma. Em 2015, mais uma condenação, desta vez por estelionato, extorsão e formação de quadrilha. A sentença ainda está em fase de apelação, mas a nova prisão efetuada esta semana pode complicar ainda mais a situação de José Rainha.

“Homem-problema”. Rainha voltou a ser preso, desta vez sob a acusação de extorquir fazendeiros

MARCELO CAMARGO/ABR, MAURÍCIO TONETTO/GOVRS E ALEX GARCIA/MST

Alívio. A nomeação do petista César Aldrighi para o comando do Incra é vista com simpatia pelos sem-terra

tes de Mata Atlântica, com a floresta em pé, para garantir os serviços ambientais".

Para o MST, recuperar o acordo com a Suzano é mais um êxito desde a queda de braço para ter o Incra novamente como aliado após as trevas bolsonaristas. Com a garantia de que o órgão ficaria sob o guarda-chuva do MDA e depois de algumas idas e vindas na escolha de seu presidente, a preferência acabou recaindo no petista César Aldrighi, nome visto com simpatia pelos movimentos campesinos. Não faltarão tarefas. "Precisamos de imediato trabalhar por uma recomposição do orçamento que permita a retomada das políticas de crédito, políticas quilombolas e também de aquisição de terras para reforma agrária", afirma o novo comandante do Incra. Além da pauta orçamentária, Aldrighi quer acelerar o aproveitamento de terras públicas para fins de reforma agrária, entre outras medidas. "O objetivo é a obtenção de imóveis rurais enquadrados no artigo 243 da Constituição, expropriados por cultivos ilegais ou pela exploração do trabalho análogo à escravidão. Também estamos dialogando com outros entes federativos sobre a utilização das terras de grandes devedores da União para o assentamento de famílias."

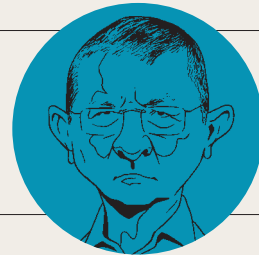
"O Lula voltou, o MDA voltou e o Incra voltou", resume Paulo Teixeira. O ministro diz que o Incra vai atender a agricultura familiar no que diz respeito ao acesso à terra e fortalecer os assentamentos da reforma agrária para que possam se modernizar, comprar máquinas, estruturar uma agroindústria e vender seus produtos a preços adequados. De outro lado, o órgão fará um trabalho de reflorestamento da Amazônia em parceria com pequenos agricultores: "Vamos fazer com que a agricultura familiar participe desse momento de transição ecológica do País. Por uma agricultura de baixo carbono, agroecológica e regenerativa que substitua os venenos pelos bio-insumos".

> "Vão surgir conflitos e o governo precisa saber lidar com isso", diz Costa, da direção nacional do MST

A bem-sucedida produção de uma grande variedade de alimentos nos assentamentos em diversos pontos do Brasil coloca o MST como potencial parceiro do governo no novo Programa de Aquisição de Alimentos, considerado fundamental para reverter a insegurança alimentar de 33 milhões de brasileiros. O MDA divulgará os detalhes do relançamento do programa nas próximas semanas. "Pretendemos fortalecer a economia da agricultura familiar. O PAA, através da compra direta, é um poderoso instrumento para esse fortalecimento", diz Teixeira. O governo federal comprará os produtos a preço de mercado para atender as famílias em vulnerabilidade. "O alimento será comprado da agricultura familiar e distribuído às famílias em situação de insegurança alimentar. São 500 milhões de reais", diz o ministro.

Para alegria dos movimentos sociais do campo, o comando da gestão da produção alimentar e da regulação de estoques no País também ficará sob a alçada do MDA, que venceu disputa com o Ministério da Agricultura. Os petistas Edegar Pretto e Jamil Yatin assumiram, respectivamente, as presidências da Conab e da Ceagesp, órgãos considerados fundamentais no tratamento das questões agropecuárias. "Vamos restabelecer o papel da Conab no combate à fome. Formaremos um estoque público para estimular a produção de alimentos e estabilizar o preço final da comida", diz Pretto. Os aliados voltaram ao governo, mas o MST deverá dar continuidade à sua agenda de ocupações, alerta Evanildo Costa. "Há um acúmulo de demandas, as pessoas estão esperando há muito tempo e querem uma alternativa. A espera tem sido grande, o sofrimento também tem sido grande. Então, vão surgir muitos conflitos e os membros do governo precisam saber como vão lidar com esta situação." •

PEDRO FRANÇA/AG. SENADO

ALDO FORNAZIERI
Cientista político, professor da Escola de Sociologia e Política e autor, entre outros, de *Liderança e Poder* (Contracorrente)

Dubiedade vergonhosa

▶ O Brasil não pode querer manter um pé na canoa dos direitos humanos e outro pé na embarcação da ditadura nicaraguense

A Nicarágua, sob Daniel Ortega, tem hoje a mais brutal ditadura da América Latina e uma das mais cruéis do mundo. Ao longo dos anos, para manter-se no poder, Ortega transformou-se num impiedoso tirano, que usa a repressão e a violência sanguinária de forma sistemática. Em 2018, reprimiu violentamente as manifestações contra seu governo, causando a morte de mais de 300 indivíduos.

No início deste ano, de acordo com relatório da Agência das Nações Unidas para Refugiados, conhecida pela sigla Acnur, são mais de 260 mil refugiados e exilados políticos, fora os emigrados. Estudantes, religiosos, ativistas, feministas, organizações da sociedade civil, intelectuais e jornalistas são os grupos mais reprimidos. Universidades e residências são invadidas sem justificativas. Dos sobreviventes da antiga cúpula do Movimento Sandinista que fez a revolução, todos vivem no exílio. Ortega foi se tornando um ditador igualável a Anastasio Somoza.

Ortega inova na violação dos direitos humanos. Em fevereiro deportou 222 presos políticos, mas ainda persistem centenas. Entre eles Cristina Chamorro, filha da ex-presidente Violeta Chamorro. Além de perseguir, matar e suspender direitos políticos, a ditadura passou a cassar a cidadania nicaraguense de perseguidos e ativistas de direitos humanos. Em fevereiro, o bispo Rolando Álvarez, símbolo da resistência, foi sentenciado sem julgamento a 26 anos de prisão e à perda da cidadania.

Ortega professa os piores valores, comuns a todos os ditadores de extrema-direita. É machista e homofóbico. Ele próprio é acusado de estupro e pedofilia: em 2001, Zoilamérica Narváez Murillo, enteada de Daniel Ortega e filha da comparsa de crimes do ditador, Rosário Murrillo, acusou o atual líder da Nicarágua de abusá-la sexualmente, estuprá-la e violentá-la durante 20 anos. Segundo a denunciante, ela foi abusada desde que tinha 9 anos de idade.

Um relatório da Acnur, divulgado em 3 de março, atesta que mais de 300 nicaraguenses foram privados de sua cidadania em apenas um mês. Afirma ainda que "a situação dos direitos humanos na Nicarágua continuou a piorar nos primeiros meses de 2023". As violações são sistemáticas, abrangentes e emanam da cúpula do governo. O Conselho de Direitos Humanos da ONU avalia que a repressão da ditadura configura crime contra a humanidade.

Um dos membros da equipe da ONU, o pesquisador Jan-Michael Simon, comparou a conduta da ditadura ao nazismo. "O uso do sistema de justiça contra opositores políticos da maneira como é feito na Nicarágua é exatamente o que o regime nazista fez." Era também o que Bolsonaro queria fazer aqui ao investir contra o STF para dominá-lo. É o que fazem as ditaduras de extrema-direita pelo mundo afora.

Em face da gravidade do relatório, 55 países, entre eles o Chile e a Colômbia, assinaram um manifesto condenando a violação dos direitos humanos na Nicarágua. Inexplicavelmente, o Brasil omitiu-se. Com repercussão negativa, o Itamaraty criou uma desculpa esfarrapada para justificar a omissão. Agora, o governo brasileiro afirma que vai acompanhar a situação e que se dispõe a receber refugiados nicaraguenses.

O Itamaraty e o Ministério dos Direitos Humanos precisam explicar ao povo brasileiro qual é a sua concepção de direitos humanos. Parece que é uma posição seletiva, mas inaceitável. Não há qualquer justificativa política, pragmática, ideológica ou geopolítica que justifique a não condenação da violação aos direitos humanos pela ditadura de Ortega. O Brasil não pode querer manter um pé na canoa dos direitos humanos e outro pé na canoa da ditadura nicaraguense. É vergonhoso.

Se o Brasil quer exercer uma posição de liderança na América Latina, precisa assumir princípios inegociáveis: defesa da democracia, da liberdade, dos direitos humanos e da justiça social. Isto implica condenar as violações e os regimes ditatoriais.

Se Bolsonaro tivesse viabilizado uma ditadura, os líderes do atual governo estariam percorrendo o mundo para condená-la e condenar a violação dos direitos humanos. Diante das próprias violações do governo Bolsonaro, políticos de esquerda, corretamente, denunciaram essas violações em organismos internacionais, encaminharam recursos e buscaram apoio. Não se pode ser democrata e de esquerda e apoiar ou se omitir diante das graves violações da ditadura de Daniel Ortega na Nicarágua. •

alfornazieri@gmail.com

BAPTISTÃO

O crime compensa

TRABALHO No Brasil, os escravocratas costumam pagar indenizações irrisórias às suas vítimas e raramente são presos

POR FABÍOLA MENDONÇA

Pessoas muito pobres, em sua maioria pretas e pardas, sem acesso a direitos básicos como saneamento, emprego e moradia digna, e oriundas de regiões com baixíssimo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Esse é o perfil dos 207 trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão que prestavam serviço às vinícolas Aurora, Garibaldi e Salton, na Serra Gaúcha, todos vindos do interior da Bahia. A descrição também vale para os 32 homens em situação semelhante resgatados em uma fazenda em Pirangi, a 380 quilômetros de São Paulo, fornecedora de cana-de-açúcar para a marca Caravelas. Aliciados em cidades pobres de Minas Gerais, eles migraram para o interior paulista na esperança de encontrar um emprego digno, mas, ao chegar lá, foram submetidos a condições degradantes. A dinâmica repete-se em quase todos os casos de escravidão moderna descobertos nas operações do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho.

Em Minas Gerais, estado com a fiscalização mais eficiente do País, é comum ver pessoas em situação de miséria do Vale do Jequitinhonha serem enganadas com promessas de bons salários para trabalhar em locais afastados, onde se tornam presas fáceis dos escravocratas. "A classe social diz muito sobre a escravidão moderna. Não por acaso, os trabalhadores resgatados no Rio Grande do Sul são do interior da Bahia e a maioria dos resgatados em Minas Gerais é do Vale do Jequitinhonha. Vemos também um porcentual alto de vítimas oriundas do interior do Maranhão. Estamos falando de municípios com baixo IDH, onde a fome leva muitos trabalhadores ao desespero", comenta a advogada e pesquisadora Lívia Miraglia, professora da UFMG e coordenadora da Clínica de Combate ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da universidade.

Segundo a pesquisadora, 92% dos trabalhadores resgatados são homens e a grande maioria dos flagrantes de escravidão moderna ocorreram em atividades agrícolas, carvoarias e na construção civil. No trabalho doméstico, as mulheres são as mais exploradas, representam em torno de 80%, embora haja relatos de homens escravizados também. É o caso de Seu Amadeu, que viveu por 13 anos em condições análogas à escravidão na casa do próprio sobrinho. Ele trabalhava dez horas por dia na lavoura de café e nos serviços domésticos, não tinha acesso a água potável e se alimentava mal, a ponto de estar desnutrido no momento do resgate, em 2015.

> Somente 1% dos indiciados é condenado à prisão em regime fechado no País

"Tinha de acordar de madrugada para trabalhar forçado. Eu não podia me sentar à mesa com eles, recebia comida estragada. Ele me dava murros, socos, pontapés e cabeçadas. Passava mal e ele falava que era manha", relata o agricultor, em vídeo produzido pela Clínica da UFMG. Diferentemente da grande maioria dos casos de trabalho análogo à escravidão, Seu Amadeu recebeu uma

MPT

Em comum. Os trabalhadores libertados em Bento Gonçalves (RS) e Pirangi (SP) são oriundos de municípios pobres, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano

indenização de 300 mil reais. "Mas o que são 300 mil reais diante de 13 anos de escravidão?", indaga Miraglia, ao criticar as baixas indenizações fixadas pelo Judiciário para as vítimas.

Valena Jacob, pesquisadora e coordenadora da Clínica de Combate ao Trabalho Escravo da UFPA, observa que a legislação brasileira contra o trabalho escravo é robusta e reconhecida mundialmente, mas os magistrados relutam em punir os escravocratas. "Quem é o juiz que está no Justiça do Trabalho e na Justiça Federal? Tem algum homem preto ou mulher preta por ali? A esmagadora maioria é composta de brancos, de classe média alta. Vemos um Judiciário muito distante da realidade brasileira", lamenta. A advogada destaca ainda que muitas das sentenças são favoráveis aos infratores porque os juízes nem sempre entendem que o trabalho degradante pode ser classificado como análogo ao de escravo.

"O trabalhador está num barracão de lona, no meio da mata, sujeito a todas as intempéries e a animais peçonhentos. Ele está bebendo água imunda do córrego, fazendo alimentação com essa água sem nenhuma higiene, faz suas necessidades no mato, é tratado como bicho. Não está em condição análoga à escravidão?", indaga Jacob. "Por incrível que pareça, alguns juízes acham que não, porque eles já viviam em situação de miséria antes, sem banheiro em casa, bebendo água do córrego. Logo, os empregadores, os fazendeiros e os grandes proprietários não poderiam ser responsabilizados."

Com a nova redação aprovada em 2003, o artigo 149 do Código Penal não

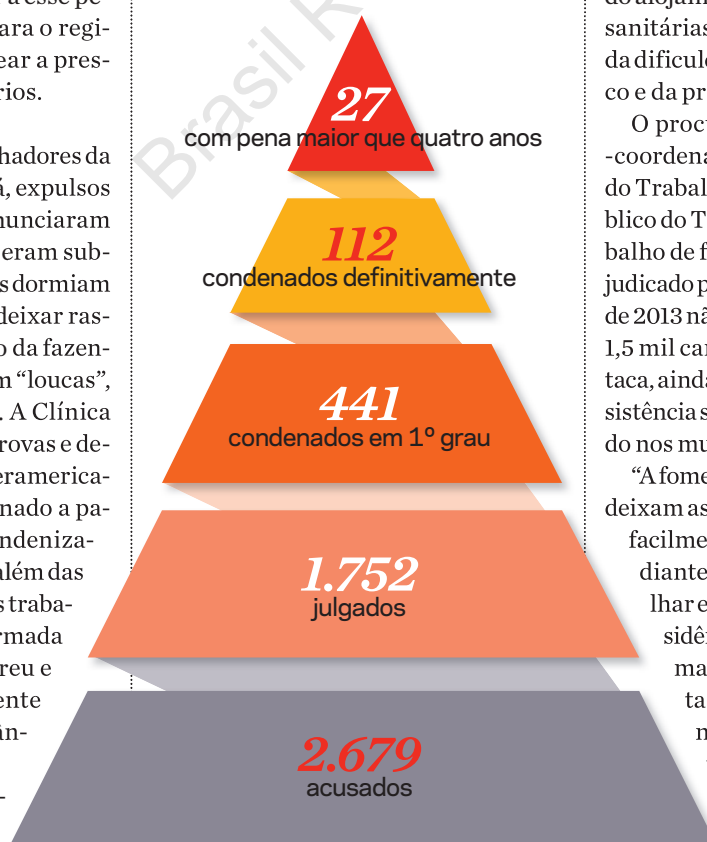
deixa margem para dúvidas: "Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto" é crime e pode render até oito anos de prisão. Mas a impunidade, nos casos de responsabilização criminal, é quase uma certeza.

Um terço dos indiciados pelo artigo 149 nem sequer vai a julgamento e somente 6,3% dos réus são condenados definitivamente, revela uma pesquisa da Clínica de Trabalho Escravo da UFMG. Pior, apenas 1% dos acusados é sentenciado a mais de quatro anos de prisão e cumpre pena em regime fechado. Quando a pena é inferior a esse período, o condenado migra para o regime semiaberto e pode pleitear a prestação de serviços comunitários.

Jacob cita o caso de trabalhadores da Fazenda Terra Roxa, no Pará, expulsos do local à bala depois que denunciaram o trabalho degradante a que eram submetidos. As barracas onde eles dormiam foram queimadas, para não deixar rastro do crime, e o proprietário da fazenda acusou as vítimas de serem "loucas", para não pagar indenização. A Clínica da UFPA levantou todas as provas e denunciou o caso na Corte Interamericana. O proprietário foi condenado a pagar quase 500 mil reais de indenização por dano moral coletivo, além das verbas rescisórias devidas aos trabalhadores. A decisão foi confirmada pelo TRT-8, mas o réu recorreu e o resultado acabou totalmente modificado na segunda instância desse mesmo tribunal.

"Foi a decisão mais absurda que li na vida. Para os desembargadores da turma, seria necessário haver restrição à liberdade dos trabalhadores, por meio de capangas armados, para ser configurado trabalho escravo. Nenhuma verba rescisória foi paga, só três meses de seguro-desemprego", lamenta Jacob, acrescentando que o Ministério Público Federal entrou com recurso e o caso seguiu para o Tribunal Superior do Trabalho.

> "O que são 300 mil reais diante de 13 anos de escravidão?", indaga Miraglia, da UFMG

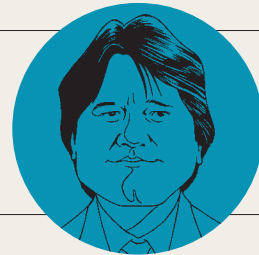
PIRÂMIDE DA IMPUNIDADE

Fonte: Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da Faculdade de Direito da UFMG, com dados oficiais do MPF, dos TRFs e do CNJ

Vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Viviane Leite explica que o Judiciário é o último ator a entrar em cena nos casos de trabalho escravo e julga a partir das questões postas em juízo pelo Ministério Público ou pelo trabalhador individualmente. "Enquanto julgador, a gente tem de se manifestar no caso concreto. O trabalho degradante também pode ser praticado sem a caracterização do análogo à escravidão. A gente tem de avaliar o conjunto das provas, não é apenas um fator que determina. Já temos pacificada na doutrina a caracterização das jornadas exaustivas, do sistema de servidão, do alojamento precário, sem condições sanitárias, da alimentação inadequada, da dificuldade de acesso, do castigo físico e da privação de liberdade", diz.

O procurador Italvar Medina, vice-coordenador nacional de Erradicação do Trabalho Escravo no Ministério Público do Trabalho, acrescenta que o trabalho de fiscalização também está prejudicado pela escassez de auditores. Desde 2013 não existe concurso e há mais de 1,5 mil cargos vagos. O procurador destaca, ainda, a necessidade de oferecer assistência social para as vítimas, sobretudo nos municípios de menor porte.

"A fome e a brutal desigualdade social deixam as pessoas fragilizadas. Elas são facilmente aliciadas e enganadas mediante falsas promessas para trabalhar em locais distantes das suas residências, onde acabam sendo vítimas de trabalho escravo", lamenta Medina. "A escravidão moderna e a vulnerabilidade social estão intimamente relacionadas. É indispensável criar políticas públicas efetivas para proteger essas pessoas de exploradores." •

PEDRO SERRANO

Advogado e professor de Direito Constitucional da PUC de São Paulo, é autor, entre outros, de *Autoritarismo e Golpes na América Latina* (Alameda Editorial)

Não vale tudo

▶ A barbárie na busca desmedida do lucro encontra obstáculos na Constituição. O compromisso social das empresas com os direitos fundamentais é inegociável

Recentes escândalos envolvendo grandes empresas brasileiras nos levam a tecer considerações relativas às missões sociais delas esperadas. Direitos fundamentais não são construções teóricas ou simples cortesias das grandes corporações. Muito além de equívocos contábeis ou de cegueira sobre práticas trabalhistas na cadeia produtiva terceirizada, a magnitude dos atos de administração empresarial que ganharam repercussão mais recentemente no Brasil demanda que resgatemos lições que parecem esquecidas ou relegadas ao plano do voluntarismo empresarial.

A atividade econômica, ainda que aparente se sujeitar meramente às regras de livre-mercado e aos interesses egoísticos da iniciativa privada, deve ater-se aos direitos fundamentais a todos garantidos pelo Direito e, em especial, por nossa Constituição. O Direito, em nome de determinados valores coletivos inegociáveis, é o elemento responsável pela demarcação das condições e possibilidades das relações econômicas e sociais.

Não por acaso a ordem econômica é, dentre outros, fundada nos princípios da livre-iniciativa, da propriedade privada e da concorrência. Aos referidos princípios se somam o da função social da propriedade e o da redução das desigualdades sociais. Ademais, são fundamentos da nossa República os valores sociais do trabalho, o desenvolvimento, a erradicação da pobreza e da marginalização e, ainda, a redução das desigualdades.

A projeção da liberdade individual no plano da produção e de apropriação privada não é, portanto, incondicionada. É teleologicamente instrumentalizada. As empresas não podem se constituir em instrumentos do capitalismo selvagem, no qual tudo é válido em nome do lucro, da trapaça aos acionistas e da exploração do trabalho em condições análogas à escravidão. A barbárie na busca desmedida do lucro encontra obstáculos na Constituição.

O compromisso corporativo com a ética nas relações com parceiros, investidores, colaboradores e consumidores é peça-chave para o desenvolvimento social e econômico. Destaque-se, por exemplo, ser obrigação das empresas de capital aberto revelar, de forma contínua e independentemente de provocação, o estado dos seus negócios, isso em nome da própria estabilidade do mercado de capitais.

O dever de transparência visa assegurar, através da publicidade, que informações cheguem aos acionistas e ao mercado em geral, para que eles possam avaliar a situação dos negócios da companhia e deliberem, em condições adequadas, entre alocar ou realocar recursos.

Outro aspecto que se coloca é que não se sujeitam a qualquer voluntarismo empresarial o dever de inclusão e diversidade, a vedação à exploração do trabalho escravo e, ainda, a proteção ao mercado de trabalho das pessoas com deficiência e da mulher. O compromisso social das empresas brasileiras com os direitos fundamentais é inegociável.

Os direitos fundamentais previstos na Constituição não devem ser assegurados apenas pelos Poderes Públicos, mas igualmente pelas empresas. Trata-se da chamada eficácia dos direitos fundamentais entre terceiros ou, mais adequadamente, da eficácia horizontal deles nas relações privadas.

Devem ser reprimidos atos empresariais que, em busca do lucro desmedido, afrontam a dignidade dos trabalhadores e o pacto social. Os direitos fundamentais e sociais, amplamente reconhecidos pelo Direito Internacional e pela legislação brasileira, constitucional e infraconstitucional, pressupõem equidade e dignidade nas suas acepções plenas, não se constituindo uma faculdade das companhias brasileiras. •

redacao@cartacapital.com.br

A dignidade humana não pode ser relativizada

BAPTISTÃO E MARCEL CROZET/ILO

Sem razões para celebrar

8 DE MARÇO O Dia da Mulher tem gosto amargo no país recordista em feminicídios

POR MARIANA SERAFINI

Às vésperas do Dia Internacional da Mulher, Jiane da Silva Vicente, de 43 anos, foi assassinada pelo namorado, Almir Rogério Alves Machado, no município gaúcho de São Borja. Vítima de outras agressões, ela solicitou medida protetiva em dezembro de 2022. Dois meses depois, comunicou à polícia que reatou o relacionamento e pediu a retirada das sanções. Dias depois, foi encontrada morta com um golpe de faca no pescoço. Machado confessou o crime. Na mesma semana, a vereadora Yanny Brena, de 26 anos, foi encontrada morta ao lado do companheiro Rickson Pinto, em Juazeiro no Norte, no Ceará. A polícia trabalha com a hipótese de feminicídio seguido de suicídio. Ambos os crimes têm em comum o fato de as vítimas terem sido assassinadas em decorrência do ódio de gênero, pelo simples fato de serem mulheres.

Outro ponto em comum é o fato de a violência ter sido praticada pelos próprios parceiros, dentro de suas casas. Infelizmente, trata-se de um crime cada vez mais recorrente. Em média, uma mulher é assassinada a cada sete horas no Brasil, segundo a Rede de Observatórios da Segurança. Em 2022, foram registrados 495 feminicídios no País. Na maioria das vezes, os crimes acontecem no ambiente doméstico e, em 75% dos casos, o responsável é o marido, namorado ou ex-companheiro da vítima.

Esses índices levaram o Brasil a mudar a legislação em 2015. Desde então, o feminicídio é qualificado como crime hediondo, com pena mais dura. Ainda assim, as mortes de mulheres não diminuíram no País. Ao contrário, nos últimos anos houve aumento significativo. Não por acaso, a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, prometeu ampliar as políticas de proteção e acolhimento às vítimas de violência doméstica no tradicional pronunciamento de 8 de março, em rede nacional de rádio e tevê.

A socióloga Suelen Aires Gonçalves, que pesquisa violência de gênero há mais de dez anos, observa que o feminicídio, ao contrário do homicídio comum, pode ser prevenido. "Trata-se de um crime premeditado, anunciado, que deixa rastros. É um ponto final na vida da mulher, mas antes dele há muitas vírgulas", afirma. "Os familiares e amigos percebem que a vítima corre risco. Por isso, é um crime que pode ser evitado." A melhor forma de barrar a violência antes que ela seja irreversível, explica a pesquisadora, seria a existência de políticas públicas efetivas, capazes de promover uma rede de apoio e acolhimento às vítimas. "Se o Estado tivesse compromisso com a vida das mulheres e fizesse investimentos públicos pesados para combater o feminicídio, a realidade, com certeza, seria outra."

> Em média, uma brasileira é assassinada a cada sete horas

Doutora em Sociologia pela UFRGS,

Confiança abalada. Os profissionais da segurança pública precisam ser capacitados para acolher as vítimas de violência doméstica, avalia Denise Dau

CLÉIA VIANA/AG.CÂMARA E HEGON CORREIA/OAB-GO

Gonçalves chama atenção para o fato de que, ao fazer um recorte do problema por raça e classe social, há situações muito piores. "No Judiciário, a maior parte das condenações por feminicídio tem como vítima uma mulher branca. Quando a gente fala em mulheres negras, trabalhadoras sexuais e pessoas em situação de extrema pobreza, por vezes nem sequer há o registro da ocorrência. Elas estão completamente à margem da sociedade, em todos os momentos da vida, até quando sofrem a mais grave das violências. Por isso, é um grande desafio pensar o tema do feminicídio compreendendo a diversidade das mulheres."

Não foram apenas os casos de feminicídio que aumentaram nos últimos anos. Segundo uma pesquisa do Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, todas as formas de violência contra a mulher cresceram em 2022. O estudo *Visível e Invisível: A Vitimização das Mulheres no Brasil* revela que 50.692 brasileiras sofreram violência diariamente no ano passado. E, como alertou Gonçalves, as maiores prejudicadas são as mulheres negras, que representam 65,5% das vítimas.

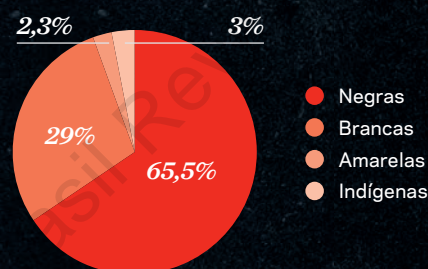
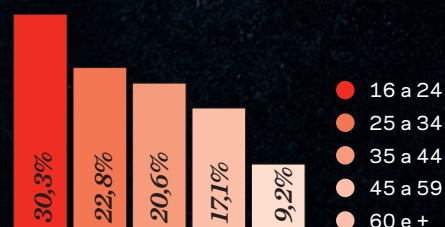
Não é tudo. Ao menos um terço das brasileiras (33,7%) com 16 anos ou mais sofreram violência física e/ou sexual por parte de parceiro íntimo ou ex-companheiro em algum momento da vida, porcentual bem superior à média mundial, de 27%, segundo a Organização Mundial da Saúde. A sensação de desamparo é enorme: 21% das entrevistadas disseram não confiar na polícia. Quase metade das vítimas de violência tentou resolver o problema sozinha ou, no máximo, pediu ajuda a familiares e amigos. Um dos motivos que inibem a procura por ajuda qualificada, segundo o estudo, é a percepção de que não existe uma rede pública de acolhimento.

A secretária nacional de Combate à Violência Contra a Mulher, Denise Dau, avalia que um dos desafios é melhorar a capacitação dos agentes de segurança pública, para que as mulheres se sintam mais confiantes de pedir ajuda. Em parceria com o Ministério da Justiça, ela tem planos de expandir a Patrulha Maria da Penha e de aperfeiçoar o treinamento dado aos policiais civis e militares. Todos eles, não somente aqueles que atuam em delegacias especializadas no atendimento às mu-

lheres. "Muitas brasileiras se queixam de atendimento inadequado quando procuram a autoridade policial. Esses profissionais precisam estar preparados para compreender melhor a violência de gênero, ter domínio da legislação e saber qual é o encaminhamento adequado para a vítima."

A secretária atribui o aumento da violência contra a mulher a diversos fatores, inclusive à propagação do discurso de ódio e intolerância nas redes sociais e por políticos da extrema-direita. "Esse ambiente misógino, somado ao corte de investimentos nas políticas públicas, teve enorme repercussão nos estados e municípios, onde funcionam os serviços de acolhimento às vítimas de violência. Quando o governo federal não valoriza essas políticas, isso tem um impacto direto na vida das mulheres."

Nos últimos quatro anos, os recursos destinados à proteção das mulheres foram reduzidos drasticamente. Em 2022, foram destinados apenas 5,1 milhões de reais para o enfrentamento da violência e a promoção da autonomia feminina. Outros 8,6 milhões foram aplicados nas Casas da Mulher Brasileira, equipamentos destinados não apenas ao acolhimento das vítimas, mas também ao assessoramento jurídico e à assistência médica e psicológica. A secretária revela que o orçamento aprovado para este ano é maior, soma 23 milhões de reais. Ainda assim, o valor é insuficiente para dar conta da demanda nos municípios, lamenta.

A deputada federal Érika Kokay, do PT, afirma que "as mulheres foram tiradas do orçamento" durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Segundo ela, nem mesmo a Câmara Federal é um lugar seguro. "Nós, parlamentares mulheres, sofremos diariamente com a violência política de gênero no exercício dos nossos mandatos. É como se eles quisessem dizer o que nós podemos ou não falar, como devemos agir, o que temos de vestir. Esse processo de subalternização e de domínio se revela em uma forma de violência, em uma morte simbólica, eu diria."

Já a deputada estadual do Rio Grande do Sul Sofia Cavedon, também do PT, explica que a rede de acolhimento às mulheres não pode ser pensada apenas no âmbito da segurança pública. "Ao transformar o Bolsa Família em Auxílio Emergencial, por exemplo, muitas mulheres perderam autonomia. Além disso, os equipamentos públicos municipais perderam um contato importante com as famílias para o diálogo. Para garantir que as mulheres se sintam acolhidas pelo Poder Público, é preciso garantir alguma perspectiva, moradia digna, acesso à educação e trabalho", enumera. "Só assim uma mulher consegue desvencilhar-se de um ambiente de violência." •

MARIA RITA KEHL
Psicanalista e escritora, foi integrante da Comissão Nacional da Verdade. É autora, entre outros, de *O Tempo e o Cão*, vencedor do Jabuti de 2010, e *Tempo Esquisito* (2023), ambos pela Boitempo

Descaso homicida

▶ A ditadura matou 8 mil indígenas sem disparar um tiro. Bastaram as obras de "integração" da Amazônia em nome do "progresso"

Os indígenas estão de volta ao noticiário. Desta vez, como vítimas de atividades criminosas do garimpo. Todos viram as fotos de adultos e crianças raquíticos, assolados pela fome, porque a mineração ilegal matou os peixes e envenenou os rios, elementos essenciais para a sua subsistência.

Quando fui convocada pela presidenta Dilma Rousseff a integrar a Comissão Nacional da Verdade, soube que a indicação de meu nome provinha do MST. Por isso escolhi investigar as violações cometidas contra camponeses, a exemplo dos agricultores torturados para revelar o paradeiro dos guerrilheiros do Araguaia – e nada revelaram – ou do grande líder maranhense Manoel da Conceição, que perdeu uma perna na tortura. Foram entrevistas marcantes, mas não é desses personagens que vou tratar aqui.

Acontece que a investigação sobre as graves violações contra grupos indígenas veio nesse mesmo "pacote", talvez por uma inadvertida leviandade de quem aprovou a lei: indígenas e camponeses só têm em comum o fato de viverem longe das regiões não urbanas do País.

Nesta coluna, quero recuperar um pouco da história dos indígenas na ditadura em razão da extrema atualidade do sofrimento do povo Yanomâmi, assolado, agora, não pela invasão de suas terras a mando dos governos militares – as grandes obras de "integração" da Amazônia –, mas pela destruição de seus meios de subsistência pelo garimpo ilegal.

Segundo a estimativa de pesquisadores do nosso grupo de trabalho na CNV – Inimá Simões e Vincent Carelli, além da valiosa contribuição do Instituto Socioambiental –, ao menos 8 mil indígenas foram mortos na ditadura. "Mas como?", nos perguntavam. "Os índios lutaram contra os militares"? Não, eles nem sequer sabiam que viviam em um país chamado Brasil, com um governo muito diferente daquele composto por suas lideranças.

Como, então, morriam os índios cujas terras foram invadidas na ditadura? De causas corriqueiras. Morriam de gripe, de sarampo, de catapora, de varíola. Vivendo isolados, eles não dispunham das mesmas defesas imunológicas que os brancos. Nesses casos, doenças banais podem ser fatais. Os líderes das frentes de aproximação pediam ao governo para enviar remédios e vacinas, mas o descaso com os povos originários era completo

Um descaso semelhante, por sinal, ao manifestado pelo ex-presidente (ufa!) Jair Bolsonaro em relação às 600 mil vítimas da Covid-19. Seu desprezo pelos povos originários lembra uma antiga declaração do ministro do Interior Rangel Reis, em 1976: "Os índios não podem impedir a passagem do progresso. (...) Dentro de dez a 20 anos não haverá mais índios no Brasil".

Na CNV, entrevistamos um sertanista chamado Antônio Cotrim, que à época da ditadura se demitiu da Funai, um emprego com estabilidade garantida e bem remunerado, para denunciar a negligência do regime à revista *Veja*. "Não quero ser coveiro de índios", justificou na ocasião. Acrescento, aqui, o depoimento de Davi Yanomâmi, válido tanto em relação às violações sofridas pelo seu povo hoje quanto no tempo da ditadura:

Eu não sabia que existia governo. Veio chegando de longe até a nossa terra, são pensamentos diferentes de nós. Pensamentos de tirar mercadoria da terra: ouro, diamantes, cassiterita, madeira, pedras preciosas. Matam árvores, destroem a terra mãe, como o povo indígena fala. Ela é que cuida de nós. Ela nasceu, a natureza grande, para a gente usar. Eu não sabia que o governo ia fazer estradas aqui. Autoridade não avisou antes de destruir nosso meio ambiente, de matar nosso povo. Não só os Yanomâmi, o povo do Brasil. A estrada é um caminho de invasores, de garimpo, de agricultores, de pescadores. Estradas que o governo construiu começaram lá em Belém, depois Amapá, Manaus, Boa Vista. Mataram nossos parentes Waimiri-Atroari. É trabalho ilegal. O branco usa palavra ilegal.

A Funai, que era pra nos proteger, não nos ajudou nem avisou dos perigos. Hoje estamos reclamando. Só agora está acontecendo, em 2013, que vocês vieram aqui pedir pra gente contar a história. Quero dizer: eu não quero mais morrer outra vez. O governo local e nacional, deputados, senadores, governadores, todos têm que pensar como o governo vai nos proteger, e não deixar mais destruir matas e rios e fazer sofrer os Yanomâmi e outros parentes, junto com a floresta. O meio ambiente sofre também.

Minha ideia: ando no meu país, o Brasil. Sou filho da Amazônia, conto para quem não sabe o sofrimento do meu povo. Não queremos que a autoridade deixe estragar outra vez. Se o governo quer estrada na terra Yanomâmi, tem que conversar com nós, junto com o Ibama. O governo Dilma está aprontando para estragar outra vez. Nosso povo não quer. A autoridade tem que respeitar a Constituinte que o governo passado criou. •

redacao@cartacapital.com.br

Esquecidas nas galerias

NO CÁRCERE Documentário procura dar visibilidade às detentas, abandonadas pelo Estado e, por vezes, pela própria família

POR RENÉ RUSCHEL

Com lançamento previsto para maio, o documentário *Olha pra Elas*, dirigido por Tatiana Sager e Renato Dornelles, expõe a dramática realidade de mulheres encarceradas em Porto Alegre, um enredo de sofrimento, angústia e muita solidão. "Há tempos trabalhamos com a temática do encarceramento no Brasil, mas sentimos a necessidade de dar uma atenção especial para as detentas, porque elas estão sujeitas a provações ainda maiores que as impostas aos presos do sexo masculino, como o abandono familiar", comenta Sager. "Nosso propósito é mostrar a discriminação, a violência de gênero e tentar tirar a invisibilidade dessas mulheres."

Os depoimentos se intercalam, em meio a crônicas do cotidiano e desoladoras estatísticas. Quase todas as detentas possuem na família alguma figura masculina envolvida com o crime. A maioria não tem o ensino fundamental completo e somente 11% delas concluíram o Ensino Médio. Sete em cada dez presas são pretas ou pardas. Em situação de vulnerabilidade, a maior parte tem envolvimento com drogas e sofreu violência sexual. Mais de 80% das mulheres encarceradas nasceram e cresceram em áreas periféricas, violentas e carentes do acesso à educação, à saúde e ao lazer.

Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, o Infopen, 62% das mulheres encarceradas foram acusadas de tráfico de drogas. Dentro desse universo, três em cada quatro dizem que a entrada no mundo das drogas deu-se por influência do marido, namorado ou companheiro. Os mesmos que, depois, se negam a visitá-las nos presídios.

Desde 2000, o número de brasileiras presas anualmente quadruplicou, levando a um crescimento de 60% da população carcerária feminina no País, revela um estudo do Instituto de Pesquisas em Políticas Criminais e de Justiça (ICPR, *na sigla em inglês*) da Universidade de Londres, no Reino Unido.

> 77% das presas por tráfico foram levadas ao mundo das drogas por influência dos companheiros, que depois desaparecem

Com isso, o Brasil ultrapassou a Rússia e hoje ostenta a terceira posição no ranking dos países com mais mulheres atrás das grades. A *World Female Imprisonment List* revela que temos 42 mil mulheres encarceradas, número inferior apenas ao dos EUA, com 211 mil detentas, e ao da China, com 145 mil. Já a taxa de encarceramento feminino, que era de seis presas para cada 100 mil mulheres, subiu para 20 em 2022.

Instalações precárias, falta de itens de higiene pessoal, assistência médica deficiente, ausência de creches e berçários para os filhos... Essas são algumas das consequências mais visíveis do encarceramento em massa. Na falta de absorventes íntimos, muitas detentas recorrem a métodos arcaicos para lidar com a menstruação, como o uso de miolo de pão. De um total de 1.420 estabelecimentos prisionais no Brasil, apenas 103, ou 7% do total, são exclusivamente femininos. A vasta maioria das penitenciárias possui instalações físicas e regras de convivência pensadas para o público masculino, sem qualquer adaptação para as mulheres.

Esses problemas foram objeto de debate na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Na avaliação do deputado estadual Leonel Radde, do PT, vice-presidente da Comissão de Segurança Pública, o objetivo do evento é dar visibilidade aos problemas vivenciados pelas mulheres encarceradas e pensar em soluções. "Precisamos reconhecer as falhas do Estado e mudar essa realidade."

As defensoras públicas Cíntia Luzzatto e Liziane Hartmann atribuem a invisibilidade do problema à própria violência de gênero. "Somos um povo conservador e machista, com uma histórica e cultural hierarquia entre homens e mulheres", diz Luzzatto.

LUIZ SILVEIRA/AGÊNCIA CNJ

Ambiente masculino. Projetados para homens, os presídios têm instalações e regras inadequadas para as mulheres

Segundo elas, as mulheres ficam emocionalmente mais abaladas que os homens no cárcere. Um dos motivos é o abandono, não só dos companheiros, mas por vez de toda a família.

O documentário *Olha pra Elas* enfatiza muito esse ponto, que traz enorme sofrimento para as apenadas. Em um universo de 75 detentas, apenas cinco recebiam visitas com alguma regularidade. E não são poucos os casos de mulheres que, na ausência de familiares ou amigos dispostos a assumir a guarda dos filhos, são obrigadas a entregá-los para abrigos.

Com 23 anos de experiência como juiz da Execução Penal, dez deles atuando no presídio feminino Madre Pelletier, em Porto Alegre, Sidinei José Brzuska observa que muitas mães poderiam ser encaminhadas para a prisão domiciliar, mas acabam esquecidas nas galerias. "O que os olhos não veem o coração não sente", diz o magistrado. "A mera juntada de uma certidão de nascimento no processo não toca o coração de ninguém."

Entre os defensores dos direitos humanos, é grande a expectativa em relação à forma como o governo Lula pretende enfrentar o problema. *CartaCapital* procurou a assessoria do ministro Silvio Almeida para saber quais são as iniciativas previstas para melhorar as condições dos presídios femininos, mas não obteve retorno até a conclusão desta reportagem. •

Motor da economia

SAÚDE Ministério e universidades se unem para impulsionar complexo industrial do setor

POR CARLOS DRUMMOND

Enquanto o Ministério da Indústria busca identificar um espaço para o Brasil na cadeia global de produção de semicondutores, talvez em associação com a China, e o BNDES batalha para estabelecer taxas de financiamento factíveis para o crédito empresarial de longo prazo, o Ministério da Saúde dá os primeiros e decisivos passos para desenvolver o complexo industrial da saúde no País. Trata-se da mais clara oportunidade de constituição de um eixo de política industrial no governo Lula.

Na sexta-feira 3, a ministra Nísia Trindade Lima, da Saúde, recebeu os reitores da Unicamp, da USP e da Unesp para a definição de uma proposta de trabalho conjunto, visando ações de inovação na área da saúde, de modo a melhorar a qualidade no atendimento do SUS e reduzir a dependência do setor em relação a insumos e equipamentos importados. Credenciada pela liderança desempenhada na Fiocruz, instituição que presidiu, na formação da *joint venture* com a britânica AstraZeneca para a produção conjunta de vacinas e testes de diagnóstico para a Covid-19, a ministra quer desenvolver com as universidades paulistas, no entorno das instituições de saúde pública, uma parte importante do complexo público-privado integrado por empresas fornecedoras de medicamentos e equipamentos, além de prestadores de serviços.

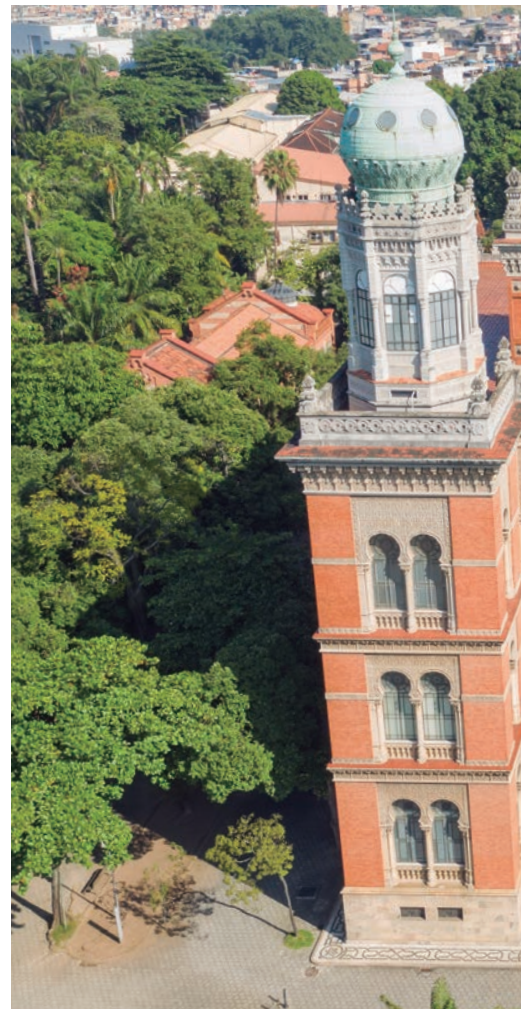
A Unesp participará com a sua fábrica de biofármacos, a USP com um distrito de inovação e a Unicamp, com *startups* e seu Parque Tecnológico. O acordo deverá reunir também as universidades federais de São Carlos e do ABC, o ITA e a Fapesp, uma das principais agências de fomento à pesquisa do País. A partir desse núcleo, a ideia é envolver instituições de ensino superior de outros estados.

O objetivo é articular de modo mais efetivo a pesquisa nas universidades públicas de São Paulo com uma política nacional para o complexo industrial da saúde, com destaque para algumas áreas críticas como imunização, terapias avançadas e tecnologias que permitam dar sustenta-

O ponto de chegada é um SUS apoiado na produção local

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 38

Artigo. A reforma tributária só interessa à maioria se for capaz de reduzir as desigualdades

Expertise. Credenciada pelo êxito da parceria entre a Fiocruz e a AstraZeneca, a ministra Nísia Trindade tem clareza do objetivo a ser perseguido

LEONARDO OLIVEIRA/AGÊNCIA FIOCRUZ E REDES SOCIAIS

bilidade ao SUS, entre outras. Os critérios que norteiam a nova política são os atendimentos ao bem-estar, à sustentabilidade ambiental e à produção local. "Não podemos esquecer que na pandemia morreram 700 mil pessoas no País, por falta de coordenação federal e por falta de capacidade tecnológica produtiva local. É preciso sempre ter em mente essa tragédia nacional e que a saúde se configura, agora, como a nova aposta numa trajetória de desenvolvimento", chama atenção o economista Carlos Gadelha, secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde do Ministério da Saúde.

"O nosso ponto de chegada é um SUS apoiado na produção local. O ministério estabeleceu como meta internalizar ao menos 70% da produção", destaca Gadelha. "É claro que vamos importar produtos, participar do comércio internacional. Mas é insustentável o SUS depender de importações para obter 90% dos princípios ativos dos medicamentos, aqueles que geram seu efeito terapêutico", sublinha o secretário. O déficit do setor da saúde na balança comercial disparou de 6 bilhões de dólares, em 2006, para 17 bilhões em 2020.

Ao mesmo tempo, acrescenta Gadelha, é preciso fazer uma enorme reconstrução institucional. Em 2019, o Ministério da Saúde extinguiu o Grupo Executivo do Complexo Industrial da Saúde, articulação inédita de 14 ministérios e instituições públicas sob a coordenação da pasta, o Departamento do Complexo Industrial da Saúde e a Coordenação Geral de Equipamentos e Materiais. O trabalho da Coordenação envolvia a mobilização de ventiladores pulmonares, cruciais para pacientes da Covid em estado grave. A política pública foi desconstruída em oito anos de desmonte, retrocesso e instabilidade institucional para os investimentos. As parcerias para desenvolvimento produtivo pararam nos últimos anos. "A nossa esti-

mativa é de que existem 30 bilhões represados para investimentos, aguardando a estabilidade institucional que permita ao gestor inovador e ao empresário inovador investirem na área da saúde", sublinha o economista. O SUS é o maior sistema público de saúde do mundo e tem poder de mercado proporcional ao seu tamanho.

A chave da proposta é ter um SUS que não seja consumidor apenas de produtos importados. É uma guinada conceitual, de política pública e de visão em relação à produção nacional. O País mostrou na pandemia da Covid, com as vacinas e os testes-diagnósticos produzidos aqui, que, em áreas com capacidades construídas, conseguiu dar resposta. Isso só não foi possível onde a capacidade produtiva foi destruída, como nas áreas farmoquímica e de equipamentos, onde a produção local já chegou a atender a 70% da demanda doméstica e hoje dá conta de apenas 40%.

Hoje, a saúde representa 10% do PIB, gera 20 milhões de empregos, sendo 8,6 milhões diretos, e responde por 33% da pesquisa científica nacional. Consolidar, a partir desse potencial, o complexo industrial do setor não é tarefa simples. Além da reconstrução institucional mencionada, há enormes desafios, destaca o economista Denis Maracci Gimenez, que coordenou,

Hoje, a saúde representa 10% do PIB e gera 20 milhões de empregos

no Instituto de Economia da Unicamp, o acordo de cooperação técnico-científico com a Fiocruz para realização de um levantamento das características e do potencial do setor. "Um aspecto importante é que o fato de existirem instalações montadas talvez possibilite uma grande oportunidade de avançar estruturalmente. Existem, contudo, várias limitações como uma mudança radical na organização da saúde no mundo, com o predomínio das grandes corporações, a financeirização dos grandes blocos de capital vinculados à saúde, rápidas mudanças tecnológicas e um processo de internacionalização muito forte, a partir das cadeias globais de valor. Isso cria um constrangimento estrutural para tentar montar alguma coisa com base nacional, além dos problemas internos de subfinanciamento da saúde e da pesquisa", ressalta o economista. Por outro lado, observa, o orçamento público da saúde, mesmo insuficiente, é gigante. Há uma voracidade do setor privado em se apropriar disso. "Se deixar sem uma política nacional, os grandes grupos financeiros que estão na saúde se apropriarão do fundo público sem estratégia nenhuma."

É importante destacar que a produção de vacinas na Fiocruz e no Butantan utilizou plataformas tecnológicas desenvolvidas durante 20 anos em parcerias de desenvolvimento produtivo entre o Estado, instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais. As duas bases tecnológicas salvaram cerca de 200 mil vidas, ressalta Gadelha.

"O arranjo virtuoso entre a AstraZeneca e a Fiocruz para o desenvolvimento da vacina contra a Covid é um exemplo de como a mobilização adequada de recursos, a garantia da demanda em grande escala, um marco regulatório minimamente favorável e a capacitação nacional prévia resultaram na defesa incontável de vidas brasileiras, com ganho de autonomia tecnológica e com significativos impactos econômicos", chama atenção o economista Rodrigo Sabbatini, professor da Facamp e participante do projeto coordenado pela Unicamp. É a prova, acrescenta ele, de que é possível fortalecer tanto o complexo industrial da saúde quanto o desenvolvimento econômico brasileiro.

Os 9 milhões de trabalhadores do complexo industrial da saúde, quase 10% da população ocupada, têm empregos com melhor remuneração na comparação com os demais, chama atenção Maracci Gimenez. Há grande inserção de mulheres e os vínculos formais são em número muito superior à média. De 2012 até 2021, enquanto o mercado de trabalho se arrastava, o emprego na saúde cresceu em 40%. Antes da pandemia, entre 2012 e 2019, cresceu 35%, enquanto o mercado em geral teve alta de 6%. "Além de ser estratégico em termos de desenvolvimento econômico e inovação, ainda gera muito emprego, e de boa qualidade." •

SUS. É insustentável a dependência de insumos importados para 90% dos remédios

TONY OLIVEIRA/AG. BRASÍLIA/GOVDF

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

Economista, foi vice-presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, estabelecido pelos BRICS em Xangai, e diretor-executivo no FMI pelo Brasil e mais dez países

O tempo de rosnar já passou

▶ Se o governo não se sente em condições de agir, então que pare de falar mal do BC

Desde janeiro, tem havido muita reclamação no mercado financeiro e na mídia tradicional sobre os "ruídos" provocados pelo presidente da República quando insiste em questionar o Banco Central (BC). Mas o que é grave, na verdade, é o "ruído" originado do próprio BC. Poucos falam nisso. Refiro-me aos comunicados e às atas do Copom, o Comitê de Política Monetária do BC (que corresponde à diretoria da instituição) e, em especial, aos repetidos alertas sobre "risco fiscal".

A preocupação com as contas públicas é válida. Porém, como se diz em inglês, *not by the wildest stretch of the imagination* (não pelo mais selvagem esforço de imaginação), se poderia apelar para a situação e as perspectivas fiscais do Brasil para manter os juros reais na lua, como tem feito o BC.

Um ponto passa frequentemente despercebido. O BC alega que é obrigado a manter os juros altos e as atuais metas de inflação porque as expectativas de inflação estariam "desancoradas", vale dizer, superam ou ameaçam superar as metas em vigor. Reduzir as taxas de juro ou elevar as metas de inflação, alega-se, "desancoraria" ainda mais as expectativas.

Essa visão tem muitas deficiências, entre elas a de que as expectativas de inflação, captadas nos levantamentos semanais do BC e em indicadores de mercado, são influenciadas pelo próprio BC. O que temos, na realidade, há décadas, é um jogo de espelhos ou, pior, um jogo de cartas marcadas. O mercado financeiro, geralmente interessado em extrair juros altos do BC e do Tesouro, pressiona o BC a adotar uma visão exagerada dos riscos fiscais. O BC, por sua vez, ao divulgar em seus comunicados e atas de reuniões percepções alarmistas sobre as contas do governo, realimenta as expectativas de inflação do mercado.

O que fazer? A economia está em franca desaceleração desde o segundo semestre do ano passado e corre risco de entrar em recessão. Depois do caso emblemático da Lojas Americanas, espalhou-se a desconfiança e o temor nos mercados bancários e de capitais, levando ao encarecimento e escassez de recursos e dificuldades de rolagem até mesmo para empresas maiores. Acumulam-se os sinais de que possa ocorrer uma crise sistêmica de crédito, o que aumenta o risco de recessão. O BC assistirá a tudo inerte? Não tomará a iniciativa de começar a reduzir de forma significativa as taxas de juro? Oferecerá suporte de liquidez ao mercado?

Com essa presidência e diretoria do BC, a tendência é de que a reação seja *too little, too late*, pequena e tardia. Caberia então ao governo propor uma mudança na lei de autonomia do BC, que garante os mandatos do presidente e demais integrantes da diretoria? Propor a demissão do presidente da instituição? Não parece haver no momento apoio político no Congresso para tais iniciativas. Isso não significa, entretanto, que o governo deva assistir a tudo parado.

Para além de continuar pressionando o presidente do BC a cair na real, contando talvez com a ajuda da parte do empresariado que vem sendo sufocada pelos juros altos e pelo aperto de crédito, há também providências práticas que não podem ser adiadas. Menciono duas, do âmbito monetário.

Primeira: não demorar mais para aumentar as metas de inflação, talvez logo depois da apresentação da nova regra fiscal, prevista para março. Com metas de inflação mais realistas, o BC estará menos pressionado (ou terá menos pretexto) para praticar juros escorchantes. Metas mais realistas ajudarão a recuperar a credibilidade do BC, que sofre com o repetido descumprimento das metas irrealistas.

Segunda providência: o presidente da República tem a prerrogativa de substituir dois membros da diretoria do BC, cujos mandatos acabam de vencer. Deve fazê-lo, sem demora, indicando nomes independentes e experientes, nem do mercado financeiro nem funcionários do BC, pessoas que possam fazer um contraponto ao atual presidente. Fala-se em negociar os novos nomes com Campos Neto. Já não basta que o presidente e quase todos os outros seis diretores, com uma única exceção, continuarão a ser os indicados por Bolsonaro e Temer?

Se essas e outras providências macroeconômicas não forem tomadas com urgência, o governo Lula corre o risco de experimentar estagnação, possivelmente recessão, no seu primeiro ano – uma derrota política talvez difícil de reverter. Ação, portanto! Como dizia Dilson Funaro, com quem tive a honra de trabalhar quando era jovem: "Não se sai de uma armadilha pedindo licença!"

Se o governo não se sente em condições de agir no campo monetário, nem mesmo dentro do quadro legal atual, então que pare de falar mal do BC! O tempo de rosnar já passou. •

paulonbjr@hotmail.com

BAPTISTÃO

Traquinagens monetárias

ANÁLISE Sim, as decisões capitalistas dependem do futuro esperado, mas ele é "construído" por definições no presente

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO

"O Brasil é campeão mundial de juros?", indagam João Camargo, Camila Funaro Camargo e a economista Mariam Dayoub, em recente artigo na *Folha de S.Paulo*. Em suas considerações, os autores empenham-se em explicar: "Os rankings que colocam o Brasil como campeão consideram a diferença entre a taxa de juros nominal corrente e a inflação acumulada em 12 meses, chamada de taxa de juros real *ex-post*. Porém, é a taxa de juros real *ex-ante* que importa para as decisões de consumo e investimento dos agentes econômicos. Ela é medida como a diferença entre a taxa de juros de mercado para um ano e as expectativas de inflação 12 meses à frente".

O debate atual a respeito da política monetária nos aconselha a retroceder à "revolução das expectativas racionais" dos anos 1970. A ideia central não é nova: o comportamento dos indivíduos e das empresas depende das expectativas a respeito do futuro. John Maynard Keynes introduziu no debate econômico a incômoda convivência entre expectativas e incerteza radical nas decisões dos possuidores de riqueza que sobrevivem na economia monetária-financeira-capitalista. Na *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, Keynes lamentou: "Para falar com franqueza, temos de admitir que as bases de nosso conhecimento para calcular o rendimento provável, nos próximos dez ou mesmo cinco anos, de uma estrada de ferro, uma mina de cobre, uma fábrica de tecidos, um produto farmacêutico patenteado, uma linha transatlântica de navios ou um imóvel na City de Londres se reduzem a bem pouco e às vezes a nada".

A novidade da teoria das "expectativas racionais" está no suposto que afirma a capacidade dos indivíduos e das empresas em obter a melhor avaliação possível do futuro. Aqui, o economista Olivier Blanchard introduz uma ligeira dificuldade "técnica" omitida pelos autores do artigo exibido na *Folha*: as decisões dependem do futuro esperado, mas (na vida dos homens) o futuro esperado é "construído" pelas definições do presente. A incerteza keynesiana esgueirou-se sorrateiramente nas cidadelas dos guardiões das expectativas racionais.

> As sucessivas crises não deram sossego à tigrada do equilíbrio da economia "real"

Em sua versão dominante e dogmática, a chamada "ciência econômica" apoia-se, portanto, em um conjunto de pressupostos simples: os indivíduos baseiam suas decisões em expectativas racionais, os mercados são bem organizados e o sistema de preços, rígidos ou flexíveis, funciona para alocar eficientemente os recursos. O dinheiro é o lubrificante das trocas realizadas pelos indivíduos racionais.

Está excluída a demanda de moeda como reserva de valor, ou seja, a busca do dinheiro pelo dinheiro, como forma geral da riqueza. Por isso, os ativos financeiros e reais são altamente intercambiáveis e o dinheiro é uma mercadoria como as outras. Na lacração do dinheiro como forma geral da riqueza, está ancorada a teoria da moeda como um mero intermediário quantitativo.

Assim, a pedra angular da "boa política econômica" é a confiança na inflação como indicador principal dos desvios do produto potencial e estimativas do hiato do produto. Se há fortes tensões inflacionárias, a economia estaria pressionada a crescer acima do produto potencial. Se há deflação, cresceria abaixo.

Entre os diversos pressupostos que contribuem para esse resultado, vamos nos concentrar na ausência nos modelos dominantes da demanda de moeda como riqueza potencial, uma ponte entre o presente e o futuro. Trata-se de uma "solução" elegante para possibilitar modelos em que essa ponte é mais segura no encaminhamento racional da poupança para o investimento. Essa é decisão crucial entre consumir recursos reais hoje ou postergar esse consumo para o futuro nos regaços do investimento. Maravilha: a renúncia a um prato de comida transmuta-se em uma fábrica de alfinetes. Nessa visão, poupança e financiamento são equivalentes.

Olhar sagaz. Paulo Caruso compreendeu bem a lógica do debate das metas por aqui

PAULO CARUSO

São muitas as reações ao "descolamento" da teoria dominante diante do movimento concreto das economias contemporâneas. Minsky construiu uma hipótese "keynesiana" sobre a formação de preços de ativos numa economia em que prevalece a moeda de crédito criada pelos bancos. Enquanto a teoria convencional cuida de examinar as condições de equilíbrio no intercâmbio de mercadorias, Minsky coloca o crédito e a finança no centro da economia capitalista – o modelo da feira livre *versus* o "paradigma de Wall Street". Para ele, a concorrência em busca da maximização do ganho privado determina resultados que a ação dos indivíduos racionais não pode antecipar. As decisões privadas são tomadas em condições de incerteza radical e, por isso, estão sempre sujeitas à subavaliação do risco e à emergência de comportamentos coletivos de euforia que conduzem à fragilidade financeira e a crises de liquidez e de pagamentos. Minsky descreve as etapas do ciclo crédito e formação de preços dos ativos em que as interações subjetivas entre os participantes do mercado não raro provocam a má precificação de ativos e distorções na alocação de recursos.

As sucessivas crises financeiras não deram sossego à tigrada do equilíbrio da economia "real", pois os mercados financeiros acolhem o dinheiro em sua forma mais perturbadora e demoníaca: reserva de valor. Assim, aumentos na taxa de juros provocam também a desvalorização dos ativos financeiros, como títulos de dívida e ações de empresas, pois sua precificação a valor presente considera o desconto dos fluxos diferidos no tempo a partir da aquisição daquele ativo, seja ele um título de renda fixa ou capital acionário. Portanto, quanto maior a taxa de desconto, menor o valor presente do ativo. A taxa de juros, enquanto custo de oportunidade, determina essa taxa de desconto.

As decisões capitalistas supõem, portanto, a *especulação* permanente a respeito do futuro, o que envolve a contínua reavaliação do presente. Tais decisões são intrinsecamente intertemporais e não têm bases firmes, isto é, não há "fundamentos" que possam livrá-las da incerteza e da possibilidade do risco sistêmico. Apoiados em convenções e constrangidos pela concorrência, os detentores de riqueza são obrigados a tomar decisões que podem dar origem a situações que culminam na exuberância irracional, na decepção das expectativas, na crise e na desvalorização da riqueza. •

A reforma dos 99%

ANÁLISE As mudanças no sistema tributário brasileiro devem priorizar a redução das desigualdades

POR KATIA MAIA E JEFFERSON NASCIMENTO*

Uma reforma tributária que "tire dos ricos para dar aos pobres" é um dos temores de Abilio Diniz, sócio e conselheiro do Grupo Carrefour. O receio de Diniz foi compartilhado em concorrido evento promovido por um banco de investimentos no fim de janeiro, todos interessados em ouvir a opinião do empresário com um patrimônio estimado em 14 bilhões de reais pela revista *Forbes Brasil*. Embora a reforma tributária seja a agenda política mais importante do País hoje, o debate sobre seus contornos é dominado por um grupo restrito de sobrenomes: Diniz, Lemann, Menin, Safra, Telles, Sicupira, Trajano etc. Em uma matéria tão fundamental para o conjunto da nação, como fica a opinião dos Silvas?

Um Silva tem apontado a diretriz a nortear a reforma tributária. "Todo mundo sabe que é preciso fazer uma política tributária nova, é preciso fazer com que pessoas mais ricas paguem mais impostos do que os pobres, porque hoje os pobres comparativamente pagam mais imposto do que os ricos", afirmou Lula da Silva ainda no início de janeiro. Muitos outros Silvas compartilham desse entendimento: 85% dos brasileiros apoiam o aumento de impostos para pessoas muito ricas para financiar políticas sociais, segundo pesquisa da Oxfam Brasil/Datafolha de 2022. E 83% apoiam o aumento de impostos para quem ganha mais de 40 mil reais por mês para reduzir impostos sobre o consumo, a impactar os mais pobres.

Nesse sentido, os brasileiros estão em sintonia com o que ocorre em países vizinhos, como Argentina, Chile, Colômbia e Peru, dedicados ao debate de reformas tributárias progressivas. Novamente, a proposta em discussão no País foca na necessidade de simplificação do imposto sobre consumo, cuja aprovação tem sido prometida para o primeiro semestre de 2023. Não faltam declarações e análises buscando tranquilizar o mercado sobre a ênfase na reforma "que importa", a do IVA, deixando para um segundo momento mudanças em impostos sobre a renda e o patrimônio.

> Hoje, o debate é dominado por um grupo restrito de sobrenomes: Diniz, Lemann, Menin, Safra... Como fica a opinião dos Silvas?

Uma reforma tributária alinhada com os anseios da maioria da população deve ser guiada pela diminuição da carga de impostos sobre o consumo e pelo aumento de impostos sobre renda e patrimônio. Tem de priorizar a redução das desigualdades, reequilibrando a contribuição com impostos no País, para reforçar a capacidade do Estado brasileiro de oferecer serviços públicos de qualidade para toda a população.

Alterações no imposto sobre o consumo são necessárias, mas insuficientes, e devem ser realizadas em conjunto com outras medidas que enfrentem as desigualdades e injustiças do atual sistema. A reforma tem de atacar as desigualdades na base, diminuindo o peso relativo dos impostos indiretos, de caráter regressivo, sobre a maioria da população. Além disso, tem ainda de promover uma tributação forte sobre produtos que prejudicam a saúde e o meio ambiente, como tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos e combustíveis fósseis.

Uma reforma tributária que realmente contribua para a redução das desigualdades precisa: **1.** Corrigir urgentemente a faixa de isenção do Imposto de Renda e criar novas alíquotas acima do teto de 27,5% hoje existente, além de restabelecer o tributo sobre lucros e dividendos, aproximando os parâmetros de taxação entre renda e capital. **2.** Reduzir as assimetrias existentes no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) entre micro, pequenas e médias empresas, de um lado, e grandes empresas de outro, por meio do fim dos juros sobre capital próprio e ampliação da progressividade na tributação de pessoas jurídicas. **3.** Aprimorar a eficiência da cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR), com o fim da natureza autodeclaratória e a criação de mecanismos de combate à sonegação, inclusive por meio de georreferenciamento. **4.** Regula-

Robin Hood às avessas. Em termos proporcionais, os pobres pagam mais impostos que os muito ricos no Brasil

mentar o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), focado nos muito ricos (0,1% do povo). Não há justificativa moral ou jurídica para adiar o debate.

Essas medidas não têm como objetivo central o aumento da carga tributária, e sim a sua redistribuição de acordo com a capacidade de cada cidadã e cidadão de pagar o devido imposto. Hoje, a maioria da população paga mais, proporcionalmente, do que os mais ricos do País. Essa situação é injusta e insustentável. O atual sistema tributário agride princípios fundamentais da Constituição, que, em seu artigo 3º, determina "a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a erradicação da pobreza e da marginalização e a redução das desigualdades sociais e regionais". Do jeito que está hoje, ele faz justamente o contrário: aprofunda as desigualdades e sabota os objetivos fundamentais da República.

Toda e qualquer proposta de reforma tributária a ser aprovada pelo Congresso Nacional tem de atender à Constituição brasileira e, assim, ser peça fundamental na redução das desigualdades e no reforço da capacidade do Estado de construir e oferecer serviços públicos de qualidade – principalmente depois de dois anos de pandemia de Covid-19, que deixou milhões de brasileiras e brasileiros em situação de alta vulnerabilidade. "Meu receio é uma reforma do tipo Robin Hood", revelou o empresário Abilio Diniz. Uma reforma tributária que ceda a esse medo elitista representará uma derrota para 99% da população brasileira. •

**Katia Maia é diretora-executiva da Oxfam Brasil. Jefferson Nascimento é coordenador da área de Justiça Social e Econômica da mesma instituição.*

ADENIR BRITTO/PMSJC

O vendaval Schlein

ITÁLIA Uma mulher de 37 anos assume a liderança do Partido Democrático, herdeiro do PCI, busca a maioria parlamentar e ameaça o governo de extrema-direita de Giorgia Meloni

POR MINO CARTA

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 46
Palestina. Agricultora relata o terror imposto por colonos israelenses na Cisjordânia

Escreveu dias atrás o *New York Times* que uma mulher surgiu na política italiana para enfrentar o atual governo de extrema-direita da *premier* Meloni. O pleito interno do Partido Democrático, herdeiro do PCI, contou com a participação de mais de 1 milhão de militantes e consagrou como secretária-geral Elly Schlein. Ela já havia atuado politicamente por integrar o governo de Stefano Bonaccini, presidente da Região Emilia-Romagna.

Afirma o correspondente romano do jornal nova-iorquino: "É difícil encarnar a mudança na Itália esquecendo a senhora Schlein. Ela abalou um país que parecia destinado somente aos velhos. Um de seus avós era judeu ucraniano e migrou aos Estados Unidos, onde viveu na cidade de Elizabeth, no estado de New Jersey. O outro avô, italiano, tornou-se parlamentar socialista, recusou-se a envergar a camisa preta dos fascistas e foi um defensor de judeus nos processos movidos contra eles na Itália, quando Mussolini editou leis raciais na esteira de Hitler. Esta história familiar tornou Elly muito sensível ao que o nacionalismo provocou no continente europeu".

"É nacionalista a guerra que Putin move contra a Ucrânia", afirma a nova

Os estudantes da Universidade de Florença promovem uma manifestação antifascista e apoiam a nova líder

ALBERTO PIZZOLI/AFP E REDES SOCIAIS

Conte: aliado certo. Prodi: conselhos preciosos. Bonaccini: o chefe na Região Emilia-Romagna

ROBERTO SERRA/AFP, MINAKO SASAKO/ YOMIURI/AFP E ELIANO IMPERATO/AFP

secretária-geral. Nascida em Lugano, no cantão italiano da Suíça, é bissexual assumida e no momento vive com uma companheira fiel. Desde já se percebe a reviravolta em andamento na política italiana, boa razão para chamar Romano Prodi ao palco, aquele que foi *premier* e grande adversário de Silvio Berlusconi. Do alto da sua experiência de longo curso, Prodi aconselha Elly, já à procura de alianças: "Estou convencido de que Schlein deve definir a política do PD. Somente quando existe um objetivo preciso uma força política gera entendimento, mas não deve partir das alianças quando ainda lhe falta um programa. Há quem pergunte: será possível a colaboração entre Schlein e Bonaccini? Mas não deve ser provocada à força. Na minha visão, seria melhor se houvesse compatibilidade nas propostas, pois, conforme a dialética, é necessário haver colaboração até na diversidade".

Há quem acuse Schlein de ser radical demais e Prodi esclarece: "É acusada de radicalizar apenas em relação a temas que exigem radicalismo, como salário mínimo e defesa do emprego. Em relação a estes assuntos deve-se ser preciso e claro". Acrescenta Prodi: "Schlein deve agregar à sociedade tarefa importantíssima que pretende que o centro-esquerda assuma a maioria no país. Alianças e aberturas devem ser realizadas, mas de forma a durar pelo tempo necessário".

A maioria parlamentar para governar é, no momento, o objetivo de Schlein. Em primeiro lugar, aliança com outro *ex-premier*, Giuseppe Conte, líder do partido 5 Estrelas. Ambos participaram, em Florença, de uma manifestação antifascista promovida há poucos dias pelos estudantes. O primeiro compromisso eleitoral para Schlein serão as eleições europeias de 2024. "Sinto o peso da responsabilidade. Serei a secretária de todos. Comove-me a contribuição dos jovens que foram os mais atingidos pela crise econômica e pela pandemia. A vitória que conseguimos somente terá sentido se lograrmos reconstruir um novo PD. O povo democrático existe. Precisamos de vocês, das vossas competências e da vossa paixão."

O processo de filiação ao PD já está em andamento e, nos primeiros lances, em menos de uma hora chegaram 1,5 mil pedidos. O alcance do discurso de Schlein vai muito além das fronteiras italianas e uma vitória nas próximas eleições europeias também pode assinalar mudança sensível nas políticas da EU, tanto no que respeita à guerra de Putin contra a Ucrânia quanto às ligações entre os Estados integrantes do bloco. •

Efeito colateral

The Observer A GUERRA DA UCRÂNIA FEZ A INFLAÇÃO DISPARAR, MAS TAMBÉM ACELEROU O PROCESSO DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

POR RICHARD PARTINGTON E DAMIAN CARRINGTON

A invasão da Ucrânia pela Rússia causou ondas de choque na economia global e agora, um ano após o início da guerra, o mundo mudou fundamentalmente. Tendências que estavam em curso se aceleraram, pois a necessidade de substituir os combustíveis fósseis por fontes de energia renováveis e mais verdes tornou-se mais urgente.

O aumento dos preços globais da energia desde a invasão elevou a inflação nas economias avançadas para seus níveis mais altos em décadas, comprimindo a renda das famílias e pesando no crescimento econômico. A alta da inflação levou os bancos centrais a aumentarem as taxas de juro, o que elevou os custos de empréstimos para famílias e empresas.

Economistas esperam que a inflação esfrie rapidamente nos próximos meses, uma vez que o aumento inicial nos preços da energia sai do cálculo do aumento anual do custo de vida. No entanto, os preços do gás e da eletricidade continuam muito mais altos do que antes da invasão.

Economia verde

As nações ocidentais se esforçaram para reduzir suas dependências do petróleo e do gás russos, aumentando o abastecimento doméstico. Nesse processo, Vladimir Putin acelerou involuntariamente a transição para energias renováveis.

Uma nova avaliação da Zero Carbon Analytics mostra que a União Europeia encontrou substitutos para quase 75% das importações de gás da Rússia e que a demanda global se estabilizou pela primeira vez. Antes de invadir a Ucrânia, a Rússia era de longe o maior exportador mundial de petróleo e gás natural. Desde a guerra, sua posição diminuiu drasticamente. Os fluxos do gasoduto da Rússia para a Europa caíram 80% em apenas um ano. Ao mesmo tempo, as alternativas mais limpas aos combustíveis fósseis russos estão crescendo rapidamente – a capacidade de energia renovável em todo o mundo aumentou cerca de um quarto em 2022.

Desenvolvimento global

A Rússia e a Ucrânia são, respectivamente, o primeiro e o quinto maiores exportadores mundiais de trigo, respondendo por quase um terço das exportações globais. Elas também são importantes produtores de fertilizantes. Conforme a guerra cortou esses suprimentos, os preços dos alimentos dispararam para níveis sem precedentes. Os países em desenvolvimento que importam alimentos estão particularmente expostos. Países do Norte da África e do Oriente Médio estão entre os maiores compradores de trigo russo e ucraniano.

Na verdade, esses países enfrentam um golpe duplo. Medidas do Federal Reserve dos EUA para aumentar as taxas de juro em resposta à alta da inflação elevaram o valor do dólar, tornando mais caro para os países pobres importar bens e tomar dinheiro emprestado nos mercados globais denominados em moeda americana.

Economia verde. Dependente do gás e do petróleo russos, a União Europeia investiu pesado nas fontes renováveis

ISTOCKPHOTO

Comércio

O comércio internacional já estava se fragmentando antes da invasão russa, mas a tendência foi acelerada no ano passado em meio às crescentes tensões geopolíticas e à preocupação com a segurança da cadeia de suprimentos. Após a interrupção causada pela Covid, as empresas pressionaram para trazer a produção para mais perto de casa, em ações de *reshore* ou *friendshore*.

A despeito das sanções aplicadas pelos países ocidentais, o comércio da Rússia com a Ásia, Oriente Médio, África e América Latina cresceu. "A atração de matérias-primas baratas da Rússia está estimulando a evasão de sanções em escala nunca vista. O petróleo russo rejeitado pela UE encontrou clientes prontos na China, Índia e Turquia", diz Ian Stewart, economista-chefe no Reino Unido da empresa de contabilidade Deloitte. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Luto furioso

The Observer Após o desastre de trem que matou 57 passageiros, a população revolta-se com a negligência das autoridades gregas

POR HELENA SMITH, EM ATENAS

Primeiro veio o luto, depois a entrega dos entes queridos, por fim os funerais. Na sexta-feira 3, Athina Katsara, jovem mãe de uma criança pequena, foi carregada num caixão branco da igreja de Katerini no funeral do primeiro "anjo" a encontrar a morte no pior acidente de trem da Grécia. No dia seguinte, familiares e amigos se despediram de Ifigênia Mitska, de 20 e poucos anos, como tantas das 57 vítimas do desastre. Ela também foi enterrada num caixão branco lacrado no norte de Giannitsa.

Na sequência, outras vítimas – todas identificadas por meio de amostras de DNA – seriam sepultadas ao término de um luto oficial de três dias para a nação, mas apenas o início de uma profunda tristeza para as famílias envolvidas. Desde que o Intercity 62, viajando de Atenas para Thessaloniki com ao menos 350 passageiros, colidiu de frente com um trem de carga em sentido oposto no mesmo trecho, a Grécia foi lançada em luto, lamentando "uma tragédia inimaginável", nas palavras de seu presidente.

A maioria dos mortos era de estudantes universitários no auge da vida, voltando para casa de um feriado que marca o início da quaresma ortodoxa. O impacto do acidente, perto da cidade de Tempe, na Tessália, foi tal que equipes de resgate vasculharam o local na semana passada para encontrar os restos mortais das vítimas que se acredita terem morrido em temperaturas que ultrapassaram 1.300°C, quando os vagões explodiram em chamas. Os corpos recuperados estavam invariavelmente carbonizados e irreconhecíveis. Dos 66 feridos, mais da metade permanece no hospital, seis deles em aparelhos de suporte vital. Os sobreviventes descreveram como foram ejetados pelas janelas e lutaram em meio à fumaça acre e às chamas para saltar dos vagões descarrilados depois do choque.

Poucos acidentes ferroviários na Europa na memória recente foram tão graves, poucos foram sentidos tão amplamente (a Albânia e Chipre, que também perderam cidadãos, estiveram em luto oficial no fim de semana) e nenhum até hoje provocou tanta raiva ou questionamento entre os gregos. Na era moderna de locomotivas eletrificadas e sistemas de segurança automatizados, a questão primordial é: "Por quê?" É algo que tem sido cada vez mais dirigido ao governo, enquanto manifestantes tomam as ruas.

> O *premier* Mitsotakis fala em um "trágico erro humano", mas há tempos ferroviários fazem alertas sobre as deficiências do sistema

"Estamos, em toda a sociedade, no meio de uma dor furiosa", diz a professora Fotini Tsalikoglou, uma das mais importantes acadêmicas de Psicologia da Grécia. "É uma tragédia que fez as pessoas se sentirem vulneráveis e desprotegidas. Há uma sensação generalizada de que poderia ter sido qualquer um de nós."

Para ela, a maneira horrível como os passageiros morreram, sem que os parentes e amigos pudessem se despedir dos entes queridos, tornou ainda mais difícil aceitar a perda de vidas, no que se considera um acidente que poderia ter sido evitado. "Rituais existentes desde os tempos de Homero, que nos ajudaram a dar sentido à morte, tornam-se impossíveis quando não há vestígios dos mortos, ou há pou-

Indignação. Em Atenas, manifestantes exigem respostas sobre o desvio de rota que levou o trem a colidir de frente

cos. É como se não existisse uma vida", observa Tsalikoglou ao *Observer*. "Todo mundo se identificou com isso."

Antes mesmo de a maioria das vítimas nascer, os sindicatos ferroviários já tocavam o alarme. As advertências se intensificaram após a privatização da empresa, como parte do desmembramento de ativos durante a crise da dívida do país. Apenas 20 dias antes da colisão, a federação de trabalhadores ferroviários aposentados havia alertado sobre os perigos inerentes a um sistema operando a vazio.

Na semana anterior, citando salvaguardas insuficientes, sinalização inadequada, funcionários sobrecarregados e falta de treinamento, os sindicatos previram que era apenas questão de tempo para que outro acidente ocorresse se "as agências responsáveis conscientemente optassem por ignorar nossas demandas e advertências que remontam a anos".

Suas preocupações ecoam em outros lugares. Com a rede contando com funcionários trabalhando manualmente, geralmente por meio de *walkie-talkies*, o sistema há muito é considerado o mais mortal da Europa. O departamento de estradas e ferrovias da Grã-Bretanha o descreveu recentemente como o maior nível de risco para passageiros no continente.

Se os procedimentos de segurança, conhecidos coletivamente como sistema europeu de controle de trens, tivessem sido instalados – como planejado há três anos –, os especialistas estão convencidos de que a tragédia poderia ter sido evitada, porque a frenagem automática e outras medidas de segurança teriam entrado em ação. Mas a autoridade do governo que supervisionava o contrato renunciou no fim do ano passado, decepcionado com o que foi descrito como "atrasos injustificáveis".

A mudança ocorreu em meio a murmúrios de corrupção no Ministério dos Transportes, departamento encarregado de lidar com grandes projetos financiados pela União Europeia. Na quarta-feira 1º, o ministro dos Transportes anunciou que assumiria a responsabilidade política e renunciaria, reconhecendo que os esforços de reforma do governo de centro-direita falharam. Na ausência de controles, o primeiro-ministro Kyriakos Mitsotakis culpou o desvio do trem de passageiros para a via errada a um "trágico erro humano". E com seu mandato de quatro anos chegando ao fim com as eleições previstas para esta primavera, ele prometeu que "as responsabilidades serão atribuídas".

As locomotivas viajaram pela mesma linha férrea durante cerca de 15 minutos antes de colidirem às 23h23 da terça-feira 28. O chefe da estação em Larissa, o principal entroncamento pelo qual o trem de passageiros passou, poderia ter evitado o acidente se tivesse feito a mudança de ponto correta. O homem de 59 anos, que admitiu o descuido de acordo com seu advogado, testemunhará perante um magistrado depois que o advogado, solicitando um adiamento de 24 horas, disse terem surgido novas evidências.

Em meio à raiva e à dor, os gregos não estão dispostos a aceitar que um homem seja culpado por um sistema que nunca deveria colocar tal responsabilidade sobre um único indivíduo. "Somos todos humanos e todos cometemos erros", afirma Alexis Pappas, de 25 anos, ao participar de um protesto inflamado na Praça Syntagma, no centro de Atenas. "Não somos máquinas, mas temos máquinas que deveriam ter sido usadas. O que aconteceu é um grande crime. Companheiros gregos foram assassinados. O governo tem de nos dizer por quê. Alguém tem de pagar o preço." •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

LOUISA GOULIAMAKI/AFP

Lavoura em chamas

The Observer Agricultora palestina relata os pavorosos ataques promovidos por colonos israelenses em seu vilarejo, na Cisjordânia

POR DOHA ASOUS*

Assim que deixei Burin no domingo passado, pegando vários ônibus para Amã, na Jordânia, antes de um voo para Londres, recebi notícias sobre violência e tiroteios em várias aldeias, incluindo a minha, que fica ao sul da cidade de Nablus. O centro dos ataques foi na vizinha Huwara, onde cerca de 400 palestinos foram feridos por colonos israelenses. Mas Burin também foi atingida. Casas e carros foram queimados, pedras foram atiradas e algumas de nossas cabras, mortas ou roubadas. Os ataques continuaram desde então, embora, felizmente, não tão graves.

Infelizmente, isso não é novidade, embora a intensidade nos últimos dias tenha sido realmente assustadora. Moro em Burin desde que nasci, há 61 anos, trabalhando como agricultora na maior parte desses anos em plantações que herdei de meu pai, além de outras que minha família comprou desde então. Meu pai foi morto na Guerra dos Seis Dias, em 1967, e seu corpo foi levado de volta a Burin para ser enterrado.

Minha aldeia se situa em um vale, hoje cercado em três lados pelos assentamentos israelenses ilegais de Yitzhar, Har Bracha e Givat Ronin. Essas cidades no topo da colina pairam sobre nós à medida que ficam cada vez maiores e mais ameaçadoras. Os colonos, muitos deles americanos, são extremistas que simplesmente querem a nossa terra e até nos destruir. Isso foi o que eu soube depois de falar com minha filha na noite da quarta-feira 2. Ela me contou como Bezalel Smotrich, ministro de Israel para Assuntos Civis na Cisjordânia, havia dito que queria que Huwara fosse "eliminada". Então, na noite de sexta, soube que os israelenses tinham colocado cartazes conclamando os colonos a "destruir" a cidade.

Isso é o que tememos. Veja, eu não odeio Israel, e quero uma solução de dois Estados. E certamente não odeio israelenses ou judeus. O problema são os colonos descontrolados, com o exército israelense, supostamente lá para nos proteger, geralmente fechando os olhos.

Cuido de cerca de 700 oliveiras ao redor do vale. Mas eu e outros donos de pomares perdemos cerca de 70% deles nos últimos cinco anos. Alguns foram tomados por colonos. Outros simplesmente se tornaram impossíveis de cultivar. Estes são nossos pomares em nossa terra ancestral, mas temos de pedir permissão às autoridades israelenses para cultivá-los e colhê-los. Acredite ou não, durante a colheita de azeitonas no outono passado, em alguns dos meus olivais recebi permissão para colher durante apenas dois dias, quando precisava de duas semanas.

> "Nossa aldeia é sempre saqueada pelos jovens dos assentamentos judaicos. É um esporte para eles"

No dia em que começamos, 1º de novembro, os colonos começaram seus ataques. No dia seguinte, fui procurar e descobri que haviam arrancado árvores, algumas com centenas de anos. Outras foram cortadas nos troncos com os ramos de azeitonas retirados.

De vez em quando, o autodenominado chefe de segurança de Yitzhar dirige seu carro enorme até meus campos para me dizer que eles "pertencem ao seu povo". Às vezes tento conversar, mas sem sucesso.

Esses ataques durante a colheita, infelizmente, não são novos. É assim todos os anos, embora voluntários internacionais venham regularmente para ajudar na colheita e também atuar como uma presença protetora. Mas até eles foram atacados. Há sete anos, um inglês idoso foi apedrejado e teve de ser levado ao hospital, enquanto outros, desde então, ficaram feridos.

Esses assaltos não acontecem apenas durante a colheita. Nossa aldeia é regularmente saqueada, principalmente nas noites de sábado, pelos jovens dos assentamentos. É um esporte para eles. Nossa escola e a faculdade agrícola também foram danificadas, enquanto a queima de carros é tratada como brincadeira. E há mais coisas que temos de suportar, pois agora também contamos com menos água para ajudar a nutrir as nossas árvores – justamente quando o clima está em crise. Os israelenses, que controlam 85% de nossa água, cortam regularmente o abastecimento. Israel acumulou, porém, reservas de água para 30 anos.

Apesar de tudo, quero continuar na terra, em memória de meu falecido pai. É pelas crianças e os jovens que sinto, especialmente. O futuro deles não é seguro. Esse cenário também os está afetando psicologicamente, com muitos sofrendo de problemas de saúde mental. Há uma alta taxa de evasão entre os meninos em nossa escola secundária. É semelhante em muitas outras aldeias e cidades próximas – com os palestinos despejados ou simplesmente partindo, em desespero, para viver em outros países.

Por estar agora na Grã-Bretanha, sinto-me encorajada para contar às pessoas sobre os nossos produtos e lhes dar algumas dicas sobre a nossa maneira de cultivar. Tenho dado palestras em vários países para mostrar como os nossos produtos são obtidos de forma ética e ambiental. Estamos vendendo por meio de uma empresa britânica, a Zaytoun, que significa "azeitona" em árabe. Eu amei o acolhimento que tive aqui. É pena que, embora meu corpo esteja na Grã-Bretanha, minha mente ainda está em Burin. •

Sem rancor. "Veja, eu não odeio Israel, quero uma solução de dois Estados", escreve a olivicultora Doha Asous

JAAFAR ASHTIYEH/AFP E ZAYTOUN CIC

**Doha Asous é uma olivicultora de um vilarejo perto de Nablus, na Cisjordânia ocupada. Ela estava no Reino Unido para a Quinzena do Comércio Justo para falar sobre agricultura na Palestina e promover produtos locais – azeitonas e seu óleo, além de outros alimentos típicos, como tâmaras. Neste relato ao* Observer, *ela descreve a vida em sua aldeia durante a recente violência entre moradores palestinos e colonos judeus.*

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

A cara do *streaming*

REGULAÇÃO Um estudo da Ancine revela a baixíssima presença de séries e filmes brasileiros nas plataformas internacionais

POR ANA PAULA SOUSA

O mercado brasileiro de *streaming*, desbravado pela Netflix a partir de 2011 e superpovoado desde a eclosão da pandemia, em 2020, tem várias caraterísticas que o tornam particular. Uma delas é a ausência de dados públicos. Enquanto as tevês aberta e fechada e as salas de cinema são obrigadas a abrir seus números, as plataformas os guardam a sete chaves.

Dada a falta de informações sobre esse segmento do audiovisual tem gosto de revelação o *Panorama do Mercado de Vídeo por Demanda no Brasil*, feiro pela Agência Nacional do Cinema (Ancine). Trata-se de um levantamento inédito da oferta de serviços de VoD (sigla derivada do inglês *video on demand*) no País e da presença de obras brasileiras nos catálogos.

A primeira curiosidade a respeito do documento é que a Ancine, embora deva fiscalizar e regular o audiovisual, não tem acesso aos dados das plataformas. Por isso, precisou contratar um serviço privado, prestado pela empresa Business Bureau – que coleta dados de 3 mil plataformas em 190 países – para realizar o estudo que deve nutrir as discussões sobre a regulação do *streaming* de vídeo.

Cabe explicar que, pelo fato de distribuir conteúdo via internet, o *streaming* passa ao largo das legislações vigentes, pensadas para outras formas de transmissão, como aquelas utilizadas pelas tevês. Existem hoje no Congresso Nacional pelo menos oito Projetos de Lei que tratam desse tema, mas, nos quatro anos de governo Bolsonaro, foi impossível avançar na discussão.

A partir de agora, ela tende a ser tratada como prioritária pelo governo. E uma das coisas que os novos dados fazem é jogar por terra o argumento repisado pelas plataformas internacionais quando se fala em regulação: não é necessário tornar obrigatória a exibição de conteúdo brasileiro, pois ela já é feita. Ficou demonstrado que não é bem assim.

> Os serviços por assinatura ofertam 32 mil obras, mas quase todas feitas de 2016 em diante

O estudo, que tem como escopo o mercado latino-americano, mostra que, dentre os 20 países da região cobertos pela análise, o Brasil é o que mais tem serviços de VoD. São, ao todo, 59 plataformas em funcionamento. Dessas, foram excluídas as especializadas em conteúdo erótico e as que não possuem informações detalhadas sobre a programação. Sobraram 31.

Juntos, esses serviços oferecem em torno de 32 mil títulos. E, espelhando o que acontecia na tevê por assinatura antes da implantação da cota para o conteúdo nacional – estabelecida pela Lei 12.485, de 2011 –, a oferta é, majoritariamente, de filmes e séries estrangeiros. No caso da tevê por assinatura, até 2011, a presença da produção brasileira era, na média, de 5%. No conjunto de plataformas, a Ancine identificou 10,9% das obras como brasileiras.

Os únicos serviços nos quais a presença é grande são os locais. Na Box Brazil Play, derivada da programadora homônima de tevê por assinatura, criada justamente no bojo da Lei da TV Paga, 91% das obras são brasileiras. Os canais Globo e a plataforma Globoplay aparecem na sequência, com 30% e 57% de conteúdo brasileiro, respectivamente (*ver tabela na pág. ao lado*). Detalhe: o porcentual do Globoplay corresponde a cerca de 960 títulos, enquanto na Box Brazil Play são 220 obras registradas.

No caso da Amazon Prime Video e da Netflix, apenas 6% do catálogo (483 e 303 títulos, respectivamente) é composto de filmes e séries brasileiros. As plataformas nas quais o conteúdo nacional tem menor participação são Vix, Claro Video e Starzplay, com cerca de 1%.

Uma observação importante é que estão incluídos, nesses porcentuais, originais das plataformas, ou seja, filmes e séries que foram realizados aqui, mas cujos direitos de propriedadde pertencem não às produtoras independentes brasileiras, mas a grandes grupos de entretenimento.

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 52

Livro. Em *O Que É Meu*, um sociólogo narra a trajetória do pai, caminhoneiro

7 Prisioneiros é um filme brasileiro, mas os direitos de propriedade pertencem à Netflix

NETFLIX

É sabido que, nos últimos dois anos, Netflix, HBO+ e Amazon, entre outras grandes plataformas, investiram recursos próprios na produção de originais nacionais, contratando, para isso, empresas e profissionais brasileiros.

Além de jogar luz sobre aspectos que podem servir de base para uma política regulatória – que tem, entre os objetivos, a correção daquilo que os economistas definem como "falhas de mercado" –, o estudo oferece um bem-vindo panorama geral.

Descobre-se, por exemplo, que o Brasil é, entre os países analisados, aquele com a menor média de preços para a assinatura mensal: 26,36 reais. E as plataformas, tornadas o principal ambiente de consumo audiovisual, atraíram para seu negócio, por meio de associações, empresas como Bradesco, Casas Bahia, Claro, Mercado Livre, Oi e Rappi.

Dentre os serviços por assinatura, o que tem maior quantidade de oferta é a Amazon: 5,8 mil filmes e 1,8 mil séries, que totalizam mais de 48 mil episódios. Na sequência, aparece a Netflix, com 5,2 mil títulos (*ver tabela abaixo*).

Enquanto os serviços por assinatura disponibilizam mais de 30 mil títulos, o modelo transacional – de compra e aluguel – tem uma oferta de 18,5 mil. No VoD gratuito, caso do YouTube, a disponibilidade é de menos de 9 mil títulos.

A abundância não significa, porém, diversidade. E isso não diz respeito só ao produto brasileiro ou a cinematografias não dominantes. A oferta é absolutamente concentrada em obras recentes. A grande maioria das obras disponibilizadas tem até cinco anos de vida – tendo sido produzidas entre 2016 e 2021. Os filmes anteriores a 2001 representam apenas 14% do conteúdo dos serviços por assinatura. No caso das séries, esse porcentual cai para 4,3%.

Finalmente, aquilo que era intuído, começou a ser demonstrado. •

OS DEZ SERVIÇOS POR ASSINATURA COM MAIOR NÚMERO DE FILMES E SÉRIES

Plataforma	Filmes	Séries
Amazon Prime Video	5.806	1.808
Netflix	3.345	1.858
Looke	4.678	396
Globoplay	2.643	1.165
DirecTV Go	2.827	834
HBO Max	2.520	728
Disney+	951	347
Canais Globo	438	810
Star+	928	209
Box Brazil Play	776	213

FONTE: OCA/Ancine

O PORCENTUAL DE CONTEÚDO LOCAL POR PLATAFORMA

Serviço	Presença brasileira
Box Brazil Play	91%
Canais Globo	57%
Globoplay	30%
Vivo Play	19%
Looke	17%
Amazon Prime Video	6%
Netflix	6%

FONTE: OCA/Ancine

A versão de 2023, encenada em São Paulo, abre mão do cenário opulento, mas coloca Elphaba para voar sobre a plateia

O feitiço das bruxas de Oz

MUSICAL Estreia no Brasil uma nova montagem de *Wicked*, espetáculo ridicularizado ao estrear na Broadway, 20 anos atrás, mas hoje tornado *cult*

POR SÉRGIO MARTINS

Wicked, em cartaz no Teatro Santander, em São Paulo, desde a quinta-feira 9, é mais que um musical: é um objeto de culto. Desde que estreou nos palcos da Broadway, em outubro de 2003, o espetáculo, que tem canções do compositor Stephen Schwartz e roteiro de Winnie Holzman, já foi montado em 16 países e acumula um público de 60 milhões de espectadores.

Atualmente, está em cartaz nos Estados Unidos (na Broadway e numa turnê itinerante), Inglaterra e Alemanha. A

história da amizade pregressa de Glinda e da Bruxa Má do Oeste – aqui chamada de Elphaba – costuma reunir uma plateia ruidosa, que não apenas vai ao teatro com a fantasia das personagens, como também, vez ou outra, canta com as protagonistas – isso aconteceu na versão anterior do espetáculo apresentada no Brasil em 2016, quando a plateia cantou, em coro, *Defying Gravity*. Hollywood também prepara sua versão de *Wicked*, prevista para estrear em 2024.

Mas, afinal de contas, o que transformou essa peça massacrada sem dó pela crítica em sua estreia, 20 anos atrás, num produto *cult*? Uma das respostas está na própria história. O livro no qual o espetáculo se baseia, *Wicked: A História Não Contada das Bruxas de Oz* (1995), de Gregory Maguire, maneja com habilidade a relação entre a menina mais popular da escola (Glinda, a bruxa boa) e uma adolescente verde, hostilizada pela aparência e por ser, supostamente, responsável pelo defeito físico da irmã e pela morte da mãe (Elphaba, a bruxa má).

O retrato da prática do *bullying* e a divisão do mundo entre perdedores e vencedores toca o público em geral e, especialmente, os adolescentes. "Por mais pueril que a história possa parecer à primeira vista, ao mergulharmos nela vemos a profundidade das questões trazidas pelo texto", diz Cleto Baccic, um dos produtores do espetáculo, e que interpreta o professor/bode Mr. Dillamond.

Há, além disso, a força da música de Schwartz, um compositor identificado com figuras à margem da sociedade. Em *Godspell* (1971), ele mostrava um grupo de pessoas frustradas com seus empregos que encenava a Paixão de Cristo nas ruas de Nova York. *Pippin* (1972) trata da inadequação de Pepino, filho do imperador Carlos Magno, com a função de príncipe. Se o *rock* e o *pop* adulto nutriram as criações de *Godspell* e *Pippin*, em *Wicked* ele faz um bom uso da *soul music* moderna e do *pop*.

A primeira montagem do musical no Brasil foi um sucesso. Levou 340 mil pessoas ao teatro entre março e dezembro de 2016 e ganhou vários prêmios. A nova versão, apesar de contar com as mesmas protagonistas, Myra Ruiz e Fabi Bang – respectivamente, nos papéis de Elphaba e Glinda – e as mesmas versões em português, traz mudanças.

A primeira produção era uma franquia que reproduzia a montagem original. O novo *Wicked* tem o texto e as canções do original americano, mas traz novos cenários e figurinos. "Faremos uma versão não réplica. Mas é o contrato com mais laudas que já tivemos até hoje. Literalmente, o dobro", diz Baccic. "É comum submetermos aos detentores dos direitos toda a equipe criativa e o elenco para aprovação. No caso de *Wicked* a supervisão passa por todos os departamentos, seja uma simples peça gráfica, até a vassoura da Elphaba ou a tiara da Glinda, tudo tem de ser aprovado."

Elphaba e Glinda são papéis marcantes na carreira de Myra Ruiz e Fabi Bang, que vez ou outra replicam as canções mais simbólicas do musical em apresentações especiais. São papéis desafiadores que exigem malabarismos vocais e fôlego. "O final de *Defying Gravity* acontece no encerramento do primeiro ato. Ainda tenho o segundo ato inteiro e, geralmente, uma segunda sessão completa pela frente", explica Myra. "A dificuldade maior da Elphaba é sustentar a semana como um todo: todas as sessões, agudos, gritos e correria. Tenho de dosar a voz para aguentar tudo isso."

> *Wicked* foi montada em 16 países, acumula cerca de 60 milhões de espectadores e ganhará, em 2024, uma adpatação hollywoodiana

O *Wicked* 2023 abre mão do cenário opulento das versões mais celebradas. Saem de cena, por exemplo, o dragão que adorna o topo do palco e as grades nas quais os macacos voadores se dependuravam. Há, por outro lado, um bom uso de vídeos para as cenas que pedem efeitos especiais e pelo menos um grande trunfo: Elphaba "voa" sobre a plateia durante a execução de *Defying Gravity*.

"Canto pendurada por uma espécie de cinto de segurança que aperta o abdome e a costela", conta Myra. "Estou no processo de aprender a usar a pressão a meu favor, para ajudar o apoio vocal e não atrapalhar. Mas a reação do público com a cena do voo vai me dar a adrenalina necessária pra sustentar tudo que preciso."

A quem torce o nariz para a importação de musicais da Broadway, *Wicked* apresenta pelos menos dois trunfos. Um é o fato de que emprega 250 pessoas e faz parte do processo de retomada da indústria dos musicais, combalida pela pandemia e pelos entraves impostos à Lei Rouanet nos anos recentes. O outro é que trata de temas que andam bem perto de nós, como a intolerância e o totalitarismo.

"O texto coloca uma lupa sobre tudo o que há de pior no ser humano: a intolerância, que dá margem à segregação, ao preconceito e ao fundamentalismo. O indivíduo passa a crer que existe uma verdade absoluta e que, nesse caso, é sobre o que ele acredita", diz Baccic. "É muito importante exercitarmos um olhar mais apurado e delicado sobre o outro, ainda mais neste momento em que qualquer opinião divergente vira cancelamento." •

JOÃO CALDAS

A vida de um homem comum

LIVRO Ao narrar a história do pai, um caminhoneiro nascido no interior paulista, o sociólogo José Henrique Bortoluci decifra um pouco da formação do Brasil

C*omo se narra a vida de um homem comum?*, pergunta José Henrique Bortoluci no primeiro capítulo de *O Que É Meu*, sua ruidosa estreia literária. Lançado na quinta-feira 9, o livro já tem garantida a tradução para dez idiomas por editoras de prestígio internacional e vem rendendo ao autor convites para muitas entrevistas – uma delas para o programa *Conversa com Bial*, da TV Globo.

Formado em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo e doutor em Sociologia pela Universidade de Michigan, Bortoluci é professor da Fundação Getulio Vargas, em São Paulo, e realiza pesquisas na área de justiça climática e democracia. A centelha para a escrita de *O Que É Meu* surgiu no fim do seu pós-doutorado, que coincidiu com um momento grave: a pandemia.

"Ali entendi que a escrita acadêmica não me bastava mais. Havia um descolamento entre o que eu lia e escrevia", diz o autor, na entrevista a *CartaCapital*, via Zoom. "Além de querer escrever algo diferente do habitual, eu achava que tinha de contar a história de meu pai e, com isso, narrar uma possível história do Brasil. Senti ainda que este livro tinha de existir por causa do momento histórico que atravessávamos."

No mesmo dia que conversou com o pai sobre o desejo de ouvir suas memórias e torná-las narrativa, soube que ele vinha sentindo dores muitos fortes. Pouco depois, foi diagnosticado o câncer que acabou por tornar-se também material literário. O autor repete, no livro e na entrevista, que escreveu entre duas devastações: a do País, pelo governo Bolsonaro, e a do pai, pela doença. "Mas não foi um sofrimento escrever o livro", diz. "Foi muito mais uma maneira de lidar com o sofrimento, pessoal e coletivo."

O QUE É MEU

José Henrique Bortoluci. Editora Fósforo (144 págs., 59,90 reais)

O personagem central do livro é José Bortoluci, descendente de imigrantes vindos de uma empobrecida zona rural italiana em fins do século XIX, início do século XX, e nascido na zona rural de Jaú, cidade do interior de São Paulo, em 1954. Quinto filho de uma família de nove irmãos, ele estudou até a quarta série, começou a trabalhar no sítio aos 7 anos e, aos 22, tornou-se caminheiro.

Em Jaú, todos o chamam de Didi, mas na estrada ele era o Jaú, conta-nos o filho, que relata ter assistido ao lado do pai à paralisação dos caminhoneiros em 2018 – em 2022, os bloqueios seriam reeditados para contestar a vitória de Lula nas eleições.

Não há quase nenhum registro escrito desses cinquenta anos de estrada – apenas dois cartões-postais enviados à minha mãe e algumas notas fiscais amareladas na gaveta (...) O que fazer com as palavras do meu pai? Como ouvi-las, transcrevê-las, reorganizá-las sem que percam sua consistência e suas cores?

A empreitada de transformar a vida em literatura teve, desde o início, o apoio da editora Rita Mattar, que estava então, com os dois sócios, abrindo a Fósforo. Bortoluci havia feito contato com Rita porque desejava publicar sua tese de doutorado, sobre movimentos de moradia e a habitação popular. Na conversa, ele partilhou sua ideia de recuperar a trajetória do pai. Chegaram à conclusão de que a tese não cabia no catálogo da editora, mas essa outra história, sim.

Além das muitas conversas informais e das memórias familiares, Bortoluci usou, como matriz, seis longas entrevistas gravadas em janeiro e fevereiro de 2021. No redemoinho do fazer literário, adotou três vozes: a do pai; a do filho, espelho da primeira; e a do sociólogo, muito presente, por exemplo, no ca-

O coletivo e o íntimo. O autor (*à esq.*), professor da FGV, diz ter escrito entre duas devastações: a do País, por Bolsonaro, e a do pai (*acima*), pelo câncer

pítulo sobre a destruição da Amazônia.

"Na construção dessas vozes, uma coisa muito importante para mim foi a cadência", diz, tateando as questões da forma. "Fui tentando, nas várias releituras do texto, achar um ritmo com o qual eu me identificasse. Isso foi me distanciando de uma escrita mais seca, mais sociológica. O maior desafio da escrita foi, talvez, achar o ritmo da primeira voz do meu pai."

E o ritmo é aquele da oralidade – ou daquilo que a escritora Conceição Evaristo chama de "escrevivência". *O que é meu é tudo aquilo que eu vi e gravei na memória (...) O que é meu só eu posso enfrentar*, diz Didi, ou Jaú, nos trechos que acabaram por dar título ao livro.

Mas *O Que É Meu* constitui-se também daquilo que é de José Henrique. *O caminhão trazia meu pai, roupas sujas e pouco dinheiro*. A privação financeira; o projeto de ascensão social que atravessava gerações sem se concretizar; a saúde debilitada pela estrada, pelo álcool e pelo cigarro; o Brasil grande percorrido e devastado em nome do "progresso"; e a janela para outra vida, aberta pela educação, são alguns dos temas a atravessar esse impressionante registro a um só tempo coletivo e íntimo.

Bortoluci recorda, durante a entrevista, que estava no segundo ano do Ensino Fundamental quando uma professora, Marlene, chamou sua mãe – que havia estudado até a terceira série – para dizer-lhe que seu filho deveria ir para a faculdade. Dirce, a mãe de Bortoluci, respondeu que a família não teria dinheiro para isso. "E aí essa professora explicou para a minha mãe que existia a universidade pública", relembra.

Brilhante nos estudos desde pequeno, Bortoluci sempre teve grande apoio dos pais que, mesmo não entendendo muito bem as aventuras acadêmicas nas quais se metia, não só enchiam o peito de orgulho como faziam de tudo para torná-las possíveis. No Ensino Médio, ele foi convidado para participar de um evento de jornalismo, na Grécia, e tudo era pago pelos organizadores, menos as passagens. "Meu pai passou o chapéu com os amigos, fez rifa", diz, sorrindo.

Tanto autobiografia quanto biografia de um homem comum e de uma classe social, *O Que É Meu* comove na mesma medida em que nos ajuda a decifrar o Brasil. •
– Por Ana Paula Sousa

Os futuros possíveis

CINEMA *Close* e *Alcarràs* olham para a infância e a adolescência em um mundo no qual a esperança se tornou anacrônica

POR CÁSSIO STARLING CARLOS

O que os filmes atuais veem quando olham para a infância? Que mundo se revela por meio da visão das crianças que habitam os filmes adultos? Duas estreias em salas e no *streaming* chamam atenção para o papel que esses pequenos personagens desempenham no cinema contemporâneo.

Close (em cartaz nos cinemas desde a quinta-feira 2), segundo longa-metragem do belga Lukas Dhont, capta a crise da passagem entre a infância e a adolescência por meio da relação visceral entre dois garotos.

Alcarràs (disponível na Mubi), segundo longa-metragem da espanhola Carla Simón, também tematiza a crise, neste caso vivenciada por uma família de camponeses cuja subsistência é ameaçada pela chegada do progresso. Em meio a idosos, adultos e jovens, a perspectiva infantil mira a desordem sem conseguir ver o horizonte ou algum lugar para onde escapar.

A produção belga disputa o Oscar de melhor filme internacional na 95ª cerimônia de entrega do prêmio hollywoodiano neste domingo 12. Seu percurso reluzente teve início em maio do ano passado, quando o jovem diretor de 31 anos conquistou o Grande Prêmio no Festival de Cannes.

Alcarràs foi, por sua vez, o título escolhido pela Espanha para concorrer a uma vaga na apertada competição ao Oscar de filme internacional. Embora não tenha chegado lá, o filme de Simón conta com um não menos reluzente Urso de Ouro de melhor filme no Festival de Berlim de 2022.

Na contramão da ideia ainda corrente de que grandes festivais e prêmios reconhecem produções com excesso de recursos e dramas ruidosos interpretados por estrelas, *Close* e *Alcarràs* são filmes modestos. Por isso conseguem evidenciar o que parece irrelevante ou o que fica escondido nas entranhas do espetáculo.

A primeira cena do título belga sugere isso na forma de intimidade e cumplicidade. Léo e Rémi ocupam um espaço que é só deles. O lado de fora é pressentido como uma ameaça. Eles tentam, juntos, ocultar-se de algo não mostrado.

Em oposição a esta imagem claustrofóbica surgem na sequência cenas de movimentos amplos e abertos. Os garotos correndo pelo campo onde a família de Léo cultiva flores são acompanhados por uma câmera solta. No caminho da escola, ambos pedalam suas *bikes* com a leveza de seus corpos ainda infantis e já adolescentes.

> Bastante modestos, e distanciados da ideia de espetáculo, os dois filmes capturam os momentos nos quais o idílio é invadido por uma realidade áspera

Ao mesmo tempo, a direção de Lukas Dhont revela a intensidade da conexão deles com cenas em que os toques e os olhares são mais eloquentes do que palavras. A contribuição da dupla de protagonistas, Eden Dambrine (Léo) e Gustav De Waele (Rémi), aprofunda a empatia que esse tipo de drama exige e impede que a trama se dilua em dramalhão.

A abertura idílica só dura até a entrada dos garotos no ambiente escolar. Ali, a intimidade fica exposta à coletividade, a cumplicidade sofre acusações e o equilíbrio se rompe.

Laureados. *Close* (*à esq.*) foi premiado em Cannes e concorre ao Oscar. *Alcarràs* (*acima*) levou o Urso de Ouro em Berlim

PALACE FILMS E A24

O drama duríssimo narrado em *Close* oferece ao público chorão mais de uma cena para se desidratar. Mas tudo é contido. E talvez por isso toque tanto. Os jovens personagens expressam sua dor de modo distorcido ou deixam-na represada.

A cena de abertura de *Alcarràs* é, sintomaticamente, próxima à de *Close*. Nela, vemos três crianças brincando no interior de um carro abandonado. Aqui também, um ruído que vem de fora anuncia a desordem.

A pequena Iris e os primos Pau e Pere presenciam a chegada de um trator. A máquina com porte de monstro introduz a mudança, o fim do ciclo pastoral em que a família vive há décadas, cuidando da plantação de pêssegos que garante, mal ou bem, a subsistência.

Carla Simón reafirma sua sensibilidade para filmar a família como uma placa tectônica. Tal como em *Verão 1993* (2007), seus personagens aqui são pontos nos quais os abalos são sentidos em intensidades diferentes e únicas.

O patriarca Rogelio acumula o peso das dificuldades da vida rural sem abandonar as alegrias de sua relação saborosa com a natureza. Para o temperamento corpulento de Quimet, pai das crianças e jovens, a mudança só é vista como destruição.

Sua esposa, Dolors, cria alternativas com seu talento para a quiropraxia, enquanto os jovens Roger e Mariona oscilam entre a energia liberadora e as funções predefinidas na economia doméstica e social. Já Iris, como criança que é, percorre esses diferentes estratos geracionais desafiando padrões e despreocupada de ter tarefas.

O fim de um lugar, representado pela destruição de um modelo econômico agrário e, com ele, da ideia de cultivo, equivale, para Iris e os primos pequenos, a perder os brinquedos favoritos. O acontecimento principal é antecedido por uma série de prenúncios.

Os primeiros a desaparecer são os africanos anônimos. Em seguida, os coelhos que invadem a plantação para devorar pêssegos são furiosamente caçados. O pequeno pé de maconha que alguém tenta cultivar não demora a ser arrancado e queimado.

Alcarràs registra, com olhar disfarçadamente doce, o apagamento de formas de vida. O filme de Carla Simón não é, porém, conservador nem anacrônico em sua nostalgia. Se a transformação da natureza impõe o modelo de terra arrasada, *Alcarràs* pergunta: onde e do que vamos viver? •

AFONSINHO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos

O futuro da Seleção

▶ A CBF investe no italiano Carlo Ancelotti para comandar a Seleção. A mim parece difícil que o valorizado treinador aceite o convite

Se o ano não começou depois do Carnaval, foi, pelo menos, acelerado. No futebol, veio a primeira convocação da Seleção Brasileira após a Copa do Catar, os estaduais vão se ajeitando para entrar nas fases finais e o Brasileiro prepara-se para começar. Joga-se ainda a Copa do Brasil – importante para a motivação ao redor de todo o País – e a disputada Copa do Nordeste.

Notamos, pelo andar das coisas, que o calendário brasileiro se aproxima cada vez mais do europeu. Virão, na sequência, a Libertadores por aqui e a Champions League por lá. É jogo que não acaba mais. Em meio a tudo isso, a convocação da Seleção serviu para confirmar a necessidade urgente de reformulação do nosso futebol.

Foi boa a marcação do amistoso com o Marrocos, que acontecerá no dia 25 no estádio IBN Batouta, em Tânger. O jogo deve ser bom, até porque, mesmo que haja uma surpresa, não terá maiores consequências. Importantes serão as ideias postas em prática. Foram boas também as iniciativas de se promover a "nova geração", que vem abrindo passagem.

Esse movimento foi valorizado pela conquista recente do Sub-20, que ganhou seu 12º título do Campeonato Sul-Americano. Vitória merecida, que reflete o trabalho sério do mineiro Ramon Menezes – convocado para comandar a Seleção Brasileira contra o Marrocos.

Pelo que se comenta, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) investe no italiano Carlo Ancelotti. O técnico demonstrou sua grande capacidade na conquista dos últimos títulos do Real Madrid – ainda que o time não ande muito bem no campeonato espanhol e nas copas adjacentes.

A mim, parece difícil que o valorizado treinador aceite o convite. Além disso, também é difícil que, por aqui, o aceitem neste momento em que se tenta prestigiar os jogadores que atuam no Brasil e que estariam, ao menos por ora, menos sujeitos ao decepcionante estrelismo do grupo convocado para a Copa-22.

A favor do Ancelotti pesa a proximidade dele com Vinícius Jr. e com outros brasileiros convocáveis. O "brasileirinho" Vini é a sensação do momento no mundo e, em condições normais de temperatura e pressão, pode explodir no Mundial de 2026.

Outra opção sempre lembrada é o excelente Pepe Guardiola, agora também já bastante rodado como técnico de elencos premiados. Guardiola, em princípio, seria mais próximo do estilo de jogo brasileiro e, em outros tempos, manifestou interesse em dirigir a Seleção. Mas, depois disso, muita coisa aconteceu em sua carreira. Ou seja, é uma incógnita.

E por falar na Seleção da Copa-22, Neymar está sem condições físicas: vai sofrer nova cirurgia. Acaba assim para ele a temporada europeia e a disputa da Champions pelo Paris Saint-Germain.

Antes de viajar para o Catar, onde será operado, ele declarou: "Vou voltar mais forte". Neymar pode aproveitar o retiro e pensar na possibilidade de se dedicar intensamente a fazer com que a próxima Copa seja sua volta por cima – como ocorreu com Messi, seu companheiro de PSG, e já acontecera com Pelé, em 1970. Torçamos.

No dia a dia do nosso futebol, a semana foi marcada por alguns destaques, como a auspiciosa salvação da Portuguesa paulista de novo rebaixamento. É hora de o time firmar o pé como um dos grandes do futebol brasileiro – reafirmando a riqueza de sua história.

A nota de horror ficou por conta da briga entre torcedores do Flamengo e do Vasco no entorno do Maracanã, no domingo 5. O lamentável episódio de selvageria só serviu para esmaecer o gol espetacular do uruguaio Pumita. Esse episódio, assim como outros de violência, merecem uma análise mais profunda.

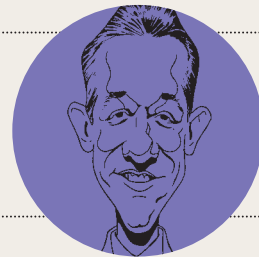
Já se sabe que medidas como torcida única, proibição de mulheres e crianças nos estádios e afastamento temporário de torcidas organizadas não têm resolvido o problema. Por outro lado, afastar o torcedor menos favorecido por meio do aumento do preço dos ingressos ou da repressão policial só elitiza o esporte.

Ainda no que diz respeito a assuntos de difícil solução, lembro que cresce o número de clubes requerendo recuperação judicial. Prosseguem, além disso, as discussões entre a Liga do Futebol Brasileiro (Libra) e a Liga Forte Futebol do Brasil (LFF), para que se chegue a um acordo sobre o controle da organização das disputas a serem negociadas, por altos valores, com investidores. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

ARTHUR CHIORO

Médico sanitarista e professor da Escola Paulista de Medicina (Unifesp). Foi ministro da Saúde. É presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (MEC)

Em defesa da vida

▶ O filme *Quando Falta o Ar* mostra o cotidiano de cinco mulheres, trabalhadoras do SUS, nos momentos mais graves da pandemia

Cada um tem uma ou muitas histórias para contar sobre o que viveu nesses trágicos anos da pandemia. Como médico, atendendo casos de Covid-19 no setor de urgência, lembro da resposta que me foi dada por um ajudante de pedreiro a quem recomendei que se mantivesse durante dez dias em isolamento, sem trabalhar: "Posso não. Os meninos vão tudo morrer de fome". Ou da que recebi de uma diarista a quem indiquei que ficasse isolada em seu quarto, para não transmitir a doença para os sete membros da família. Ela vivia em um barraco de um cômodo: "Aí eles vão ter que ficar na rua".

Como filho, chorei. Não apenas por ver o sofrimento de meu pai, após 12 dias na UTI. Chorei porque olhava para ele, recebendo oxigênio, já em recuperação no leito de um quarto na Santa Casa, enquanto via na tevê famílias desesperadas em busca de torpedos de oxigênio. Vi também médicos e enfermeiros, exaustos e indignados, tendo de decidir quem iria sobreviver ou não, por falta de acesso a recursos médicos essenciais. Uma situação evitável se tivéssemos um governo minimamente capaz e comprometido.

Chorei pelos parentes e amigos que se foram precocemente. E penso nos milhares de famílias que ainda vivem o luto dos entes queridos, ou sofrem pelos projetos de vida destruídos.

Ao ver *Quando Falta o Ar*, em cartaz desde a quinta-feira 9 de março, revivi esse momento e me emocionei profundamente. O documentário, dirigido pelas irmãs Helena e Ana Petta e produzido por Manoel Rangel, acompanha o cotidiano de cinco mulheres, trabalhadoras do SUS. As imagens retratam os impactos da pandemia na vida de pessoas comuns, em diferentes localidades: Amazonas, Bahia, Pará, Pernambuco e São Paulo.

As cenas, captadas nos momentos mais críticos da pandemia, quando ainda não se tinha acesso à vacina e imperava a disputa insana entre ciência e negacionismo, registram a memória coletiva de um tempo vivido e marcado pela dor, por perdas e pelo luto – que, muitas vezes, nem sequer pode ser vivido em decorrência das medidas de restrição sanitária.

Da tela, emerge a pluralidade e a complexidade de um país que enfrentou a maior crise sanitária da sua história sob a batuta de um presidente que deliberadamente apostou no caos e afetou assim, de forma irresponsável, a capacidade de coordenação do nosso sistema de saúde.

Mas o filme trata, sobretudo, da luta coletiva em defesa da vida. *Quando Falta o Ar* é uma obra de arte que venceu o Festival É Tudo Verdade, em 2022, e foi qualificado para o Oscar 2023. Merece ser visto nos cinemas, agora, e revisto, no futuro, porque produz um retrato vivo de uma história que não pode ser esquecida.

Acima de tudo, o filme emociona e nos faz refletir sobre o valor da vida, sobre a relevância do cuidado em saúde e do papel essencial de seus trabalhadores. É, ainda, uma homenagem justa e sensível às trabalhadoras da saúde, que compõem 74% da força de trabalho do setor.

Na disputa por valores e imaginário, e em tempos de reafirmação do mercado como solução para todos os problemas, o filme, ao reconhecer a potência e o caráter imprescindível do SUS, dá uma grande contribuição a essa política pública universal, integral e equânime. Demonstra, com muita sensibilidade e sem se deixar levar pelo tom panfletário, que o SUS é um patrimônio do País e que seus trabalhadores devem ser reconhecidos e valorizados.

O filme, por fim, nos mostra que, "quando falta o ar", não é hora de desistir ou desesperançar. É, ao contrário, hora de dar as mãos e não largar a de ninguém; de levantar a cabeça, sacudir a poeira e continuar lutando pela vida, que teima em vencer. Foi o que fizeram, a despeito de Bolsonaro e sua trupe de delinquentes, os trabalhadores do SUS, que trataram de seguir em frente e cuidar de quem precisava. Ou, como fizeram Helena e Ana Petta, que usaram seus talentos para deixar para sempre registrada essa história. •

redacao@cartacapital.com.br

O documentário é um importante registro para a história

BAPTISTÃO E TARSO SARRAF

ACIMA DE TODOS
VENES

Seu leão pode colorir a vida de muitas crianças
ATÉ 31/5
Doe seu Imposto de Renda para o Hospital Pequeno Príncipe
No Brasil, apenas 3,15% do potencial de doação de IR da população foi destinado para instituições filantrópicas em 2020. Isso representa mais de R$ 8 bilhões que poderiam impactar o cenário da saúde no país.
E você, ao destinar seu Imposto de Renda para os projetos do maior hospital pediátrico do Brasil, pode contribuir para mudar essa realidade, de forma fácil e sem custos. Ajude a transformar a vida de milhares de crianças e adolescentes.
Acesse doepequenoprincipe.org.br e veja como doar, direto na declaração, até 31 de maio de 2023.
Contamos com você!
(41) 2108-3886
(41) 99962-4461
doepequenoprincipe.org.br
10 anos
HOSPITAL pequeno PRÍNCIPE